

Novembro 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

Embaixada da Noruega ,
LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Bancos ameaçam envez de pagar	1
1.2 Colonos brancos colonos pretos.....	1
1.3 Governo deve diminuir fosso entre ricos e pobres.....	2
1.4 Rede comercial vai criar 186 mil empregos.....	3
1.5 Nandó falou em redução dos índices de pobreza no parlamento	3
1.6 Probeza provoca mais debate	4
1.7 Preços sobem 0,87% em outubro, inflação de 8,47% desde janeiro.....	5
1.8 Emprego: o câncer do angolano	5
1.9 Pobres pagam créditos melhor que empresarias	6
2 Mercado Informal e Microfinanças	8
2.1 Luanda ganha quatro novos mercados	8
2.2 Mercados inaugurados sem datas para funcionarem	8
2.3 Canada/Microcredito: Mais pobres constituem novo publico alvo cobiçado pelos Bancos	8
2.4 Crescimento económico de Angola	
2.5 Mercados inaugurados ja funcionam dis GPL.....	9
2.6 falta de lugares provoca onda de subornos nos novos mercados	9
2.7 Kilapi e kixikila são estratégias de sobrevivências	10
2.8 O credito ajuda a aliviar o sofrimento.....	10
2.9 Novos mercados em Luanda	11
3 Governação e Descentra-lização	13
3.1 Forum do kilamba kiaxi quer mais envolvimento dos moradores	13
3.2 Presidente da república está atento às necessidades de Cabinda	13
3.3 AN debate OGE e programa do Governo na generalidade	13
3.4 AN aprova OGE para 2007 na generalidade	14
3.5 Utcah quer programas de desenvolvimento ao invez de ajuda.....	14
3.6 Líderes parlamentares exigem transparência na gestão do erário público.....	15
3.7 Angola OGE 2007 - Paradoxos, incoerência e expectativas (I).....	16
3.8 Orçamento da estabilidade.....	17
3.9 Comissões parlamentares analisam OGE/2007 na especialidade	17
4 Eleições e Educação Cívica	19
4.1 Registo eleitoral na ordem do dia.....	19
4.2 CPE "Puxa orelhas" a partidos politicos.....	19
4.3 Cidadinos convidados a aderir ao registo eleitoral.....	20
4.4 Inicio do registo eleitoral em Angola	20
4.5 Liberdade de expressão no periodo eleitoral mal garantida ainda	20
4.6 Registo eleitoral arranca com controversia sobre fiscais	21
4.7 Desorganização leva a precoces suspeitas em torno do registo eleitoral.....	21
4.8 A educação civica dos sobas	22
4.9 Partidos angolanos alheio a dinamica mundial	22
4.10 Minas no registo eleitoral	23
4.11 Registados mais de mil e oitocentos eleitores	23
4.12 Seminário recomenda registo nas maternidades.....	23
4.13 Mulheres actualizam conhecimento sobre eleições.....	24
5 Educação, Juventude e Criança	25
5.1 Educação com novo acervo bibliografico	25
5.2 Tres novas salas de aulas.....	25
5.3 Recomendada promoção dos direitos da criança	25

5.4	Huíla cria bolsas de estudo para os municípios	26
5.5	Conflitos em Africa matam mais de dois milhões de crianças	26
5.6	BP do MPLA reconhece empenho dos professores.....	27
5.7	Curso de Educadores Sociais regista poucas reprovações	27
5.8	Projecto "variedades infantis" forma Crianças em artes e ofícios	27
6	Terra, Habitação e Urbanização	29
6.1	Novo cartão postal da kianda arranca na proxima terça-feira	29
6.2	Lixo cancerígeno serve.....	29
6.3	Novo "cartão postal" da capital nasce na Marginal.....	30
6.4	Fazendeiros ocupam os Gambos sem conhecimento da administração	31
6.5	O respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais	31
6.6	Estrangeiros na própria terra	32
6.7	Mais um projecto integrado	33
6.8	Moradores convivem com engenhos explosivos.....	33
7	Serviços Básicos	35
7.1	Cólera - o regresso	35
7.2	Moradores do predio I Herastel rejeitam casas no Zango.....	35
7.3	EPAL rubrica acordo para melhoria da rede	36
7.4	Habitantes do Kiombe clamam por agua potável.....	36
7.5	Agua potavel vai chegar a todo o país.....	36
7.6	O tragico balanço oficial da malaria em 2005	37
7.7	Colera: 14 mortos no fim-de-semana	37
7.8	Quipuco e Cacula melhoram abastecimento de água potável.....	38
7.9	Agua potável.....	38
7.10	Nova conduta de agua é construida em viana	39
8	Paz e Reconciliação	40
8.1	Mais de mil refugiados na Zâmbia regressam ao país.....	40
8.2	Desarmamento de civis.....	40
8.3	Oposição ao memorando de entendimento em cabinda assimilada ao terrorismo	40
8.4	Mungo e Longonjo em tempo de paz.....	41
8.5	Reinserção social, uma luz no funda do túnel.....	41
8.6	Minfamu elabora lei contra violência.....	42
8.7	Criminalidade reduz na província da Huíla	42

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Bancos ameaçam envez de pagar

Jornal de Angola...04-11-06

Ao invés de proporcionarem ao cliente as necessárias vantagens para que ele aí deposite os seus valores, há bancos que demonstram preocupação apenas com o lucro, praticamente sem contrapartidas.

Para abertura de uma conta bancária, os bancos da cidade de Luanda exigem um mínimo de um até 1.500 dólares para clientes individuais e até 3 mil dólares para entidades colectivas.

Por outro lado, há bancos que ao invés de pagarem pelos depósitos, cobram despesas de manutenção de contas bancárias, além de cobrarem pela emissão de extractos de contas bancárias.

São estas as principais conclusões que chegámos, depois de analisarmos as exigências dos 12 bancos comerciais existentes em Luanda. Tais conclusões apontam para o facto de continuar a haver bancos que lucram em demasia com depósitos bancários, sem cumprirem as regras universalmente estabelecidas para este género de serviço, o consumidor angolano deve começar a perceber que o banco não lhe faz qualquer favor ao aceitar receber o seu dinheiro. Pelo contrário, é o consumidor que "presta um favor" ao banco, ao decidir depositar aí o seu dinheiro, devido às contrapartidas que o banco lhe oferece.

1.2 Colonos brancos colonos pretos

Capital...04-11-06

Em 31 anos de país independente, os angolanos reconhecem que a independência, mais do que uma conquista, era uma obrigação que se impunha, para a dignificação do homo angolensis, um povo que então se via mergulhado num profundo sofrimento em consequência do jugo colonial então vigente.

A independência foi conquistada, o povo congratulou-se com esta grande conquista, mas 31 anos depois já se questiona sobre o que realmente se fez para o bemestar dos cidadãos, hoje mais do que nunca a sofrer da mesma forma que no tempo do colono branco.

Este, o colono branco, matava à porrada, porrete e à chibatada. Era a forma encontrada para forçar o homem negro a trabalhar mais, a apenas obedecer, era uma forma de controlar melhor as actividades

clandestinas do varios movimentos que reivindicavam uma Angola para os angolanos, igual para todos, de distribuição equitativa dos seus recursos, enfim, uma Angola onde não se fizessem sentir grandes assimetrias entre ricos e pobres.

Mas não é o que aconteceu, porque o país viu nascer novos colonos. São colonos pretos, que se diziam combatentes da liberdade, defensores do povo, mas que o tempo tratou de demonstrar serem apenas uma reencarnação terrestre do «belzebu». Os colonos pretos dos nossos dias não matam com ferro ou porrete. Fazem pior do que isso: obtém ganhos significativos com o petróleo e diamantes, mas esses ganhos que não se reflectem na vida da maioria dos angolanos, que vive com menos de um dólar por dia, portanto abaixo da linha da pobreza.

Os colonos de hoje matam o povo de fome, porque a comida esta cada vez mais escassa. Os angolanos, 31 anos depois, continuam a depender ainda da caridade das organizações internacionais, porque o grosso do dinheiro dos dividendos petrolíferos e diamantíferos acaba por ser absorvido pelos bolsos e cofres dos verdadeiros mandantes deste país, para a desgraça da maioria.

O país ha muito que atingiu a maioridade, mas o seu sistema de saúde anda tão débil, que às vezes parece não existir, porque os colonos «ca do pedaço» - usando uma expressão brasileira - abalam sempre para o estrangeiro, em busca dos melhores hospitais e dos melhores especialistas, mesmo por uma simples gripe ou para desencravar uma unha.

A bem dizer, não ha saúde que resiste quando a maioria não goza de um regular fornecimento de agua potavel e vive cercada de lixo. Não é, afinal, de espantar que as epidemias como a cólera e outras de rapido contagio dizimem cada vez mais angolanos, porque os colonos pretos que andam por d são sempre apanhados com as calças nas mãos, não se preparam para dar melhor resposta quando em situação de emergência. Definitivamente, Angola é um país anormal, onde até a educação não é para quem quer ou dela realmente necessite, mas sim para quem tem poder financeiro para tal. E quem são os que têm? Como não podia deixar de ser são os filhos dos «nossos» colonos pretos, que ja não se revêem nas escolas nacionais, porque acreditam que a qualidade das mesmas deixa muito a desejar e que, por isso, serve apenas para o filho do pé descalço.

Eles não se preocupam com o povo, porque o considera resto do mundo. Por que razão se preocupar com o que não lhes diz respeito se os seus filhos ja estudam nas mais prestigiadas universidades internacionais, talvez com a visão futura de perpetuarem o poder colonial preto iniciado pelos pais, que um dia escorraçaram os colonos brancos, mas que,

no fundo no fundo, se comportam tão igual, quanto piores. O angolano, sem dúvida nenhuma, sofre! .. Com o colono branco foi escravo, não tinha acesso à escola, aos hospitais, enfim, não tinha acesso ao asfalto. Contudo, com o colono preto a história parece repetir-se. Cada vez menos pessoa vai à escola, porque também, verdade seja dita, não existem muitas, os hospitais públicos não possuem qualidade para assistência humana, ao passo que os privados praticam preços proibitivos. Solução? Fica-se em casa a aguardar que a morte o encontre no leito. Uma e outra coisa acabam por ser a mesma coisa. Tanto os colonos que mandavam em Angola antes da independência, como os que mandam actualmente acabam por ser farinha do mesmo saco. Comportam-se como a porca que come os seus próprios filhotes.

A geração que hoje se eterniza no poder não esta preocupada com o que se diz dela, porque sabem de antemão que não precisarão prestar contas nenhuma no futuro quando se lhes exigir explicações para justificar a ruinosa governação que submeteram ao povo. Eles estão descansados, pois estão conscientes que até lá já não estarão vivos para contar a história do desastre que foi governar este país.

1.3 Governo deve diminuir fosso entre ricos e pobres

Folha8...04-11-06

A igreja Católica não é uma congregação política. Ela é, m toda a sua dimensão, uma congregação religiosa. E é nesta sua meritória condição de agente social, congregador e pacificador de espíritos que palmilha os sentires, os lamentos, as alegrias e frustrações de todas as suas "ovelhas".

De tempos a tempos, umas vezes mais que outras, os bispos e padres, em nome dos seus fieis vêm a público, utilizando as vozes dos que não têm voz, no alto do pedestal da sua autoridade moral, para denunciar erros e violações ou ainda solicitar a reparação de gravosas distorções sócio-económicas.

"Somos todos cidadãos da terra. Nosso trabalho é de extraordinária importância para a conquista do bem comum. Mas também somos cidadãos do reino de Deus, que não é deste mundo e que vem a nós como dádiva divina e vocação cristã", disse o Papa João PauloII, em 1982, na Vila Viçosa, Portugal.

E é seguindo esta luz, que os homens da batina branca, aconselham os governos a que estão ligados, a uma melhor distribuição da riqueza nacional e igualdade de oportunidades para todos os autóctones no sentido de se ver diminuído o fosso entre muito ricos e muito pobres. Só com base num denominador razoável, acreditam os bispos católicos de Angola e São Tomé, se podem reduzir os recalamentos e evitar, no futuro as

sublevações sociais derivadas da falta de pão, água, sal, saúde e educação condigna para todos, num país, considerado bafejado pela sOlte divina de ter bastantes riquezas no seu subsolo.

E na linha do Papa João Paulo II, seguiram os bispos, pois este chegou a dizer, que "O Estado não se pode limitar a "favorecer uma parcela dos cidadãos", como, por exemplo, os ricos e prósperos, nem pode "negligenciar a outra", que claramente representa a maioria da sociedade. Senão, haveria uma violação daquela lei da justiça que ordena que todas as pessoas recebam o que lhes é devido". Mesmo quando reconhecidos políticos, por vezes, criticam a Igreja Católica de envolvimento com os governos, para daí tirar vantagens em detrimento das demais congregações religiosas, estas acusações não chegam a macular, no todo, a enorme contribuição que esta Igreja tem dado aos países e povos onde está implantada. "Devemos ver a pobreza do outro como nossa e convencer-nos de que os pobres não podem mais esperar", disse, em 1992, numa homilia, em Santo Domingo, o Papa João Paulo II.

E a prova foi uma vez mais dada, a 31.10, talvez por Angola estar a viver um momento especial, depois de terem sido assinados, faz quatro anos, acordos de cessar-fogo, entre as tropas militares da UNITA e as FAA, pondo fim a mais de três décadas de guerra civil.

A ilusão de que o fim do conflito, abriria as portas para um futuro melhor, começa a fugir das esperanças de uma grande maioria de autóctones, que vivem no limiar da pobreza, enquanto uns poucos refasteiam-se com a riqueza que se bem aplicada e distribuída pode servir um universo maior. "Os abundantes rendimentos colhidos através dos recursos naturais que Deus outorgou ao povo angolano devem ser universahmente utilizados no combate à pobreza e à miséria de tantos irmãos, acabando com o escândalo do paradoxo da abundância", refere a Mensagem Pastoral divulgada no final da II Assembleia Anual da CEAST, apresentada pelo Bispo do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca. Os prelados defendem ainda que "os recursos públicos devem ser aplicados de maneira equitativa, eficaz e trdnsparente, observando as regras estritas da sua aplicação".

As grandes assimetrias regionais, o estado calamitoso das unidades sanitárias e do ensino, que deixa milhares de crianças fora do sistema de ensino, mereceu a seguinte observação, "além dos sectores da educação, saúde e agricultura, as províncias e as famílias devem ser particularmente beneficiadas, através do Orçamento Geral do Estado, no projecto insubstituível do bem comum" .

Petrolíferas acabem com a «batota»

Há muito se vem falando da necessidade de ser conferida outra estruturação da gestão do território

Angola, capaz de cada uma das suas unidades melhor explorar as suas potencialidades e colocá-la ao serviço da sua região, filhos e país. Para atingir esse objectivo, os bispos católicos sugerem um controlo social de todos os investimentos e despesas públicas, para que as distribuições orçamentais sejam "mais eficazmente" concretizadas. "A gestão da economia deve ser cada vez mais aberta, transparente e participativa, tanto nos sectores extractivos como no processo orçamental", salienta a mensagem dos bispos, defendendo a necessidade de se "descentralizar e desburocratizar a economia, tendo em conta o princípio da subsidiariedade". Esta constatação dos bispos angolanos, leva-nos a recordar as palavras sábias do Santo Padre, em 1982, em Portugal, quando afirmou: "efectivamente, todo poder político só tem significado e justificativa na procura do bem comum para todos. Esse poder encontra a sua limitação na aceitação das convenções internacionais e no respeito pelos direitos fundamentais dos indivíduos, que ninguém deveria poder violar e que são garantidos pela consciência humana e que, para os que crêem, pelo Autor dessa consciência, o Criador da humanidade." É dentro desta visão, que a CEAST desafia, de forma contundente as empresas petrolíferas "devem partilhar da responsabilidade da transparência, publicando em Angola ou nos países de origem, não só os pagamentos que fazem ao governo, mas também as condições dos contratos que regulam as suas actividades".

1.4 Rede comercial vai criar 186 mil empregos

Jornal de Angola...10-11-06

O sector comercial vai criar 186 mil e 900 postos de trabalho directos e indirectos, até 2012, com a implantação de uma nova rede comercial em todas as províncias do país, bem como a integração logística e equilíbrio na distribuição espacial e no urbanismo comercial.

Para o efeito, o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild) vai consumir cerca de 600 milhões de dólares, segundo o vice-ministro do Comércio, Manuel da Cruz Neto.

O Presild, uma iniciativa presidencial, lançado ontem, em Luanda, visa facilitar a oferta e o acesso aos produtos básicos à população, através de mercados abastecedores (em construção) nos principais pontos de distribuição de produtos de todo o país.

O projecto prevê a construção de 10 mil estabelecimentos de pequeno retalho, empregando 83 mil pessoas, 16 mercados municipais urbanos, suburbanos e rurais que vão gerar 74 mil empregos, e 31 novos estabelecimentos comerciais de grande porte, de auto-

serviço (mais de 6.400 empregos).

A par disso, a rede contempla ainda oito centros de logística e distribuição e mercado abastecedores, (Clods), o que vai criar 23 mil e 500 empregos. Para o vice-ministro do Comércio, Manuel da Cruz Neto, a nova rede ambiciona criar bases para que a produção e o consumo se enquadrem, o que significa que o referido programa terá de interagir com todos os outros programas que se enquadram, quer do lado da produção quer do consumo.

O pensamento do Presild, segundo o vice ministro, estará sempre direccionado ao conceito de integração para que realmente tenha uma produção à altura das necessidades do consumidor. Manuel da Cruz Neto precisou que a proposta da criação de Clods, com uma capacidade de armazenagem moderna, permitirá satisfazer as necessidades da actividade grossista "Inicialmente tínhamos previsto a criação de um mercado abastecedor com centos preferenciais de apoio à produção interna, mas dada a grande escassez de instituições capacitadas para o armazenamento e manuseamento de mercadoria, ampliamos o conceito de mercado abastecedor para Clods, uma estrutura polivalente com objectivo principal de comercializar os produtos da produção local", elucidou.

No entender do governante, a intenção é de que, a médio e longo prazo, o país se torne auto-suficiente em produtos agroalimentares, e ter no mercado abastecedor infra-estruturas mais adequadas, facilitando a chegada da produção convenientemente ao mercado de consumo.

Neste sentido, destacou a importância do contributo dos aliados do sector produtivo; nomeadamente, a agricultura, as pescas e a indústria no dimensionamento do mercado abastecedor em função das perspectivas de produção.

"Para o funcionamento normal da rede, será necessária uma logística integrada que utilize fundamentalmente as tecnologias de informação e a cada momento se saiba quais as necessidades do mercado", constatou.

1.5 Nandó falou em redução dos índices de pobreza no parlamento

Angop...17-11-06

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, assegurou nesta quinta-feira, numa plenária da Assembleia Nacional, ter-se registado, nos anos de 2005 e 2006, uma redução substancial dos índices de pobreza no país.

O primeiro-ministro, que participava no debate geral que antecedeu a aprovação, na generalidade, do Programa Geral do Governo para o biênio 2007/08 e a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para

2007, justificou-se dizendo que isto mesmo está atestado em indicadores de instituições internacionais.

A este respeito, recordou que este esforço decorre da implementação exitosa, a partir de 2005, das estratégias para o combate à fome e à pobreza e de aumento e melhoria da oferta dos serviços sociais básicos às populações, que inclui a produção de bens essenciais e a construção e reabilitação de infra-estruturas sociais.

A argumentação técnica referente a estes dois documentos esteve a cargo dos ministros do Planeamento e das Finanças, respectivamente Ana Dias Lourenço e José Pedro de Morais.

No final dos debates, iniciados no período da manhã, a Assembleia Nacional aprovou ao fim da tarde, o Programa Geral do Governo para o biénio 2007-2008 e a proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano de 2007.

Os dois documentos foram aprovados por 89 votos a favor, nenhum contra e 42 abstenções (Unita e FNLA), depois de terem sido objecto de apreciação crítica positiva e negativa pelos grupos parlamentares e por deputados individualmente.

Deste modo, fica conferida autorização do plenário para a discussão pormenorizada dos dois documentos nas comissões de especialidade do Parlamento, já a partir de sexta-feira, com a participação de técnicos e membros do Governo. De recordar que no passado dia nove do corrente mês, por altura da apresentação formal dos dois instrumentos, o primeiro-ministro anunciou que o Governo vai continuar a privilegiar, no biénio 2007/08, as acções e medidas de políticas orientadas para o desenvolvimento económico e social do país, tendo em conta os resultados animadores registados em 2005/06.

Segundo havia dito, a aposta justifica-se como necessária, para garantir a realização, com sucesso, de projectos de reabilitação e de construção de infra-estruturas, vitais para o desenvolvimento económico e social do país, bem como de construção de cadeias produtivas prioritárias.

A este respeito, disse que o novo programa continua fundado nos mesmos objectivos gerais, que são, a consolidação da paz, da reconciliação nacional e do processo democrático, estabilização macro-económica e o relançamento da economia nacional.

O OGE/2007 comporta receitas estimadas em Kz 2.503.887.060.119,00 e despesas fixadas em igual montante para o mesmo período. Por esferas de actividade, o sector social continua a beneficiar da maior porção da despesa total, isto é, 28,1 por cento, seguido do administrativo (22,6 por cento).

1.6 Probeza provoca mais debate

Agora...18-11-06

Segundo o relatório dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) de 2005, cerca de três biliões de dólares deveriam ser gastos no combate à miséria

Trinta dias depois de ter sido apresentada por ocasião do 17 de Outubro, o Dia Mundial de Combate à Pobreza, a estratégia do Governo para a erradicação da miséria até 2015 foi analisada, esta quarta-feira, 15, pela sociedade civil.

O encontro, realizado nas instalações da União dos Escritores Angolanos pela Adra e Fonga, terminou com uma acção formativa dirigida a membros de diversas organizações não governamentais e associações cívicas e teve apoio financeiro da União Europeia.

Apesar de ser dos mais ricos do mundo em termos de recursos naturais, segundo da África subsariana que mais produz petróleo e de ser o quarto maior produtor de diamantes do mundo, Angola faz parte das listas "negras" de desenvolvimento humano.

Segundo o relatório do ODM lançado aos 17 do mês passado, no biénio de 2000/2001. 68% da população angolana vivia abaixo da linha da pobreza (correspondente a 1,70 dólares) e 26% vivia em extrema pobreza. A esperança de vida dos angolanos é de 40 anos.

Ainda de acordo com os dados estatísticos do mesmo relatório, mais de 55% dos partos não são assistidos e uma em cada quatro crianças morre antes de atingir os cinco anos, sendo a taxa de mortalidade infantil das mais altas do mundo. A taxa de prevalência de VIH/Sida, entre pessoas de 15 a 49 anos, era de 3,9% e mais de 110 mil crianças ficaram órfãs por causa da doença.

De estatísticas ainda não é tudo, o documento avança também que em 2001 as mulheres constituíam 70% do sector de trabalho informal. A taxa de alfabetização, entre indivíduos maiores de 15 anos, é de 82% para homens e 54% para mulheres.

Recorde-se que os dados estatísticos são dos anos 2000 e 2001, mas também indicam, seguramente, a realidade actual e nem se sabe se o Governo vai conseguir resolver pela metade os problemas aqui reportados, até 2015.

Entre os 177 países mencionados no relatório de desenvolvimento humano do PNUD, Angola ficou classificada em 1660 lugar.

O Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que também menciona os desafios e as estratégias de combate a miséria, avança que o custo financeiro da implementação dos objectivos rondaria os

três bilhões de dólares desde 2003 até 2006.

1.7 Preços sobem 0,87% em outubro, inflação de 8,47% desde janeiro

Folha 8...18-11-06

O índice de preços ao consumidor em Luanda aumentou 0,87 por cento em Outubro, fixando-se em 8,47 por cento desde o início do ano, revelou na última semana, o Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta foi a segunda maior subida mensal registada este ano, apenas ultrapassada pelo valor registado em Julho, que foi de 0,91 por cento.

Para este ano, a previsão do governo que consta do Orçamento Geral do Estado aprovado para 2006 aponta para uma taxa de inflação de 10 por cento.

Os dados divulgados pelo INE referem que o maior aumento de preços em Setembro ocorreu na rubrica de habitação, água, electricidade e combustíveis, que registou um crescimento de 1,98 por cento em Outubro.

As restantes rubricas que tiveram maiores subidas foram vestuário e calçado (1,97 por cento), lazer, recreação e cultura (1,20 por cento) e alimentação e bebidas não alcoólicas (0,79 por cento). A variação homóloga da inflação fixou-se em 11,88 por cento em Outubro, o que representa uma descida de 0,11 por cento em relação ao valor registado no mês anterior, numa tendência de desagravamento que se vem registando consecutivamente desde meados de 2000. O índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital.

A taxa de inflação em Luanda tem vindo a descer acentuadamente nos últimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se fixou em 116 por cento, baixando depois para 105 por cento em 2002. Em 2003, este indicador económico fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento, sofrendo uma nova descida acentuada no ano seguinte, para 31,02 por cento.

No ano passado, a inflação fixou-se em 18,53 por cento, o valor mais baixo de sempre registado em Angola, estimando o governo que este ano possa descer para 10 por cento.

1.8 Emprego: o câncer do angolano

Folha 8...25-11-06

Relatar factos relacionados com o despedimento compulsivo e angolanos dos seus postos de serviços já

não constitui novidade. Ainda assim, é motivo de preocupação por representar uma ameaça à estabilidade económica e social do País.

O despedimento de um funcionário, quer seja compulsivo ou não, implica necessariamente o agravamento do índice de desemprego no País, visto ser difícil para o indivíduo despedido encontrar outro emprego, que lhe sirva de alternativo ao perdido.

Raros são os trabalhadores indemnizados após o seu despedimento, ainda que estes tenham servido empresas do sector público ou privado (nacionais e estrangeiras). Nem os empregados da função pública adstrito às organizações das Forças Armadas sentem-se seguros no emprego. O cenário chega a ser mais constrangedor para o trabalhador.

Os funcionários civis a labutarem nas instituições militares sentem-se desprotegidos. Lá quem for despedido dificilmente terá o auxílio da Lei Laboral vigente no País. Até porque os regulamentos, em muitos casos, são ditados pelas normas específicas do ramo.

Tendo em conta a realidade, vários funcionários públicos ligados às instituições militares dizem, ser uma perca de tempo ir ao Tribunal do Trabalho levantar um processo judicial, a fim de reparar as injustiças por que passam, durante o vínculo laboral

Exposta a queixa no Tribunal do Trabalho, o órgão alega não possuir capacidade jurídica para dirimir o conflito laboral entre funcionário e a entidade empregadora militar, como justificação apresenta o artigo 66º. Aconselhando assim os queixosos a recorrerem às instâncias judiciais do exército.

Com esta dança, os funcionários despedidos das instituições das Forças Armadas sentem-se desprotegidos, por desconhecerem qual a instituição judicial que eventualmente poderá dirimir um conflito do género, uma vez às instituições judiciais militares também declinarem a responsabilidade ao fórum civil. Victor António Samuel Nhatumbo é o exemplo real de funcionários públicos despedidos compulsivamente, e sem qualquer indemnização numa das empresas adstrita ao exército nacional, onde trabalhou durante sete anos.

O cidadão em causa estava vinculado à Oficina de Gerais de Reparação das Forças Armadas Angolanas, OGR/EMG/FM, ocupando a função Relatar factos relacionados com o despedimento compulsivo e angolanos dos seus postos de serviços já não constitui novidade. Ainda assim, é motivo de preocupação por representar uma ameaça à estabilidade económica e social do País.

O despedimento de um funcionário, quer seja compulsivo ou não, implica necessariamente o agravamento do índice de desemprego no País, visto ser difícil para o indivíduo despedido encontrar outro emprego, que lhe sirva de alternativo ao perdido.

Raros são os trabalhadores indemnizados após o seu

despedimento, ainda que estes tenham servido empresas do sector público ou privado (nacionais e estrangeiras). Nem os empregados da função pública adstritos às organizações das Forças Armadas sentem-se seguros no emprego. O cenário chega a ser mais constrangedor para o trabalhador.

Os funcionários civis a labutarem nas instituições militares sentem-se desprotegidos. Lá quem for despedido dificilmente terá o auxílio da Lei Laboral vigente no País. Até porque os regulamentos, em muitos casos, são ditados pelas normas específicas do ramo.

Tendo em conta a realidade, vários funcionários públicos ligados às instituições militares dizem, ser uma perda de tempo ir ao Tribunal do Trabalho levantar um processo judicial, a fim de reparar as injustiças por que passam, durante o vínculo laboral.

Exposta a queixa no Tribunal do Trabalho, o órgão alega não possuir capacidade jurídica para dirimir o conflito laboral entre funcionário e a entidade empregadora militar, como justificação apresenta o artigo 66°. Aconselhando assim os queixosos a recorrerem às instâncias judiciais do exército.

Com esta dança, os funcionários despedidos das instituições das Forças Armadas sentem-se desprotegidos, por desconhecerem qual a instituição judicial que eventualmente poderá dirimir um conflito do género, uma vez às instituições judiciais militares também declinarem a responsabilidade ao fórum civil. Victor António Samuel Nhatumbo é o exemplo real de funcionários públicos despedidos compulsivamente, e sem qualquer indemnização numa das empresas adstrita ao exército nacional, onde trabalhou durante sete anos.

O cidadão em causa estava vinculado à Oficina de Gerais de Reparação das Forças Armadas Angolanas, OGR/EMG/FAA, ocupando a função de tesoureiro principal, sem ter beneficiado de qualquer regalia, porém, era obstinado ao trabalho, e responsável na actividade que desempenhava.

Entretanto, em Outubro de, 2005 algo de errado aconteceu no seu trabalho, foi detectado um desfalque de 379 mil Kwanzas, causando-lhe sérios problemas, pois a justificativa apresentada não convencera os seus superiores hierárquicos tidos, entretanto como os principais culpados da referida falha.

O antigo tesoureiro argumentara que a diferença era resultado das constantes saídas, sem o devido retorno, tendo na ocasião exibindo facturas de funcionários devedores, dentre os quais oficiais superiores. Porém Victor Nhatumbo foi obrigado a devolver o dinheiro, tendo feito gradualmente até 227 mil e 508 Kwanzas. Enquanto pagava faseadamente a dívida contraída por ser o responsável máximo da tesouraria da empresa militar acima citada, ao mesmo tempo aguardava pelo processo judicial na Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

No dia 26 de Janeiro de 2006, as coisas mudaram radicalmente em desfavor de Victor Nhatumbo, os responsáveis da OGR/EMG/FAA decidiram expulsá-lo da empresa sem qualquer indemnização.

A decisão dos chefes máximos deixou-o bastante surpreendido, porque havia colegas com o mesmo incidente mas que não foram despedidos.

Do outro lado, as declarações avançada por Victor Nhatumbo são contestada. Fontes ligadas ao Folha 8, na OGR deram a conhecer que o mesmo tinha-se aproveitado da posição ocupada para açambarcar o dinheiro do Estado, com qual realizou uma festa de casamento. Apercebendo-se do desfalque infringido ao cofre principal da OGR, responsáveis do departamento de contabilidade e finanças atenuaram-no, sob a condição do mesmo devolver o dinheiro público gasto em despesas pessoais.

Apesar do atenuante, Victor Nhatumbo tardava a devolver o dinheiro, e para não serem vistos como coniventes, o responsável máximo da repartição de contabilidade e finanças informou ao director geral, esclareceram as fontes. Refutaram categoricamente a informação segundo a qual, enquanto Victor Nhatumbo foi tesoureiro principal o cofre tinha as mesmas fechaduras deixadas pelos seus antecessores.

‘A troca e a descodificação das fechaduras do cofre é a primeira medida que os chefes tomam quando acontece a mudança de tesoureiros, por isso a informação prestada pelo Victor é falsa, quer apenas livrar-se do crime que cometeu’, disseram as fontes. Esclareceram ainda que Victor Nhatumba não foi desempregado, simplesmente deixou de aparecer no serviço enquanto decorria o processo averiguação do desfalque monetário.

Relativamente a indemnização reclamada pelo ex-tesoureiro, alegaram ser o reclamante a indemnizar o Estado tendo em conta ao desfalque por si protagonizado.

Quanto ao processo judicial instaurado contra o ex-tesoureiro, os mesmos garantiram que está a seguir os seus trâmites legais na Direcção Nacional de Investigação Criminal, onde alguns funcionários já foram chamados a prestar declarações.

1.9 Pobres pagam créditos melhor que empresarias

Folha 8...25-11-06

As pessoas com menos posses são as que mais cumprem com as prestações do crédito bancário em Angola, ao contrário da classe empresarial, que regista muitos casos de falta de pagamento, segundo uma fonte do BPC (Banco de Poupança e Crédito), a maior instituição bancária de Angola. "As pessoas de menos posses são as que mais honram os seus compromissos",

acrescentando ainda que "normalmente, trata-se de financiamentos mais pequenos, mas, quando não conseguem pagar, nós chamamos as pessoas, conversamos e elas acabam por pagar", acrescentou a fonte.

A situação é muito diferente no que se refere a pessoas com mais capacidades financeiras, especialmente empresários. "Infelizmente, há clientes que pensam que o banco é uma instituição de caridade", adiantou a fonte do BPC, salientando que muitos problemas neste domínio devem-se ao facto do dinheiro disponibilizado pelo banco não ser usado para o fim que estava previsto.

"Há clientes que fazem um pedido de crédito, o banco disponibiliza o dinheiro, mas depois não o gastam naquilo em que basearam o pedido", afirmou, assegurando que neste tipo de situações o problema acaba por se agravar já que o devedor "fica sem meios para pagar ao banco". Para piorar o quadro com que se debatem as instituições bancárias em Angola, as garantias apresentadas por quem solicita o crédito nem sempre são fiáveis ou, pelo menos, suficientes para assegurar o pagamento do valor em dívida.

"Muitas vezes as garantias são fracas", admitiu a fonte, salientando a existência de situações em que a pessoa que solicita o crédito "apresenta a casa como garantia, mas depois o banco vem a descobrir que a casa não é dela".

O crescimento da actividade bancária nos últimos dois anos em Angola tem sido acompanhado por um aumento do crédito concedido, sendo actualmente frequentes as campanhas publicitárias que promovem o crédito à habitação, ao consumo ou à aquisição de automóvel. O acesso ao crédito tem sido facilitado pelo crescente número de pessoas que recebem os seus ordenados através de transferência bancária. Dados oficiais relativos ao final de Junho, indicam que o BPC lidera o mercado bancário angolano em termos de crédito concedido, com um total de 858,9 milhões de dólares, valor que representa 28,2 por cento do total.

O Banco de Fomento Angola (BFA), do grupo português BPI, surge na segunda posição, com 692,3 milhões de dólares, que representam 22,7 por cento do total de créditos concedidos em Angola.

Relativamente aos restantes bancos com capitais portugueses, em Junho, o Banco Espírito Santo Angola (BESA) tinha concedido créditos no valor de 271,4 milhões de dólares (8,9 por cento do total em Angola), enquanto o Banco Internacional de Crédito (EIC), em que o empresário América Amorim e a filha primogénita do Presidente da República, Isabel dos Santos, possuem ambos uma participação de 25 por cento, tinha atingido 237,8 milhões de dólares em crédito concedido (7,8 por cento do total).

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Luanda ganha quatro novos mercados

Folha8...12-11-06

A cidade de Luanda conta a partir de agora com quatro novos mercados municipais, com capacidade para cerca de 3.650 vendedores, num investimento de 12,5 milhões de dólares, financiado pela linha de crédito da China.

A abertura dos novos mercados foi assinalada com uma cerimónia em que participou, como é da praxe, o Presidente, José Eduardo dos Santos, integrada no programa oficial das comemorações do 31.º aniversário da independência, sendo o escolhido o novo Mercado Municipal do Cazenga, ex-Asa Branca, o maior dos quatro abertos ao público, com capacidade para acolher 1.400 vendedores.

O Mercado Municipal do Cacuaco, ex-Vidrul, recebe 822 vendedores, enquanto o Mercado Municipal do Kilamba Kiaxi, ex-Palanca, tem capacidade para 720 vendedores. O mais pequeno dos quatro é o Mercado Municipal da Samba, ex-Benfica, com capacidade para 700 vendedores.

Estes quatro mercados municipais serão geridos por empresas privadas, estando definido que cada vendedor pagará uma taxa de 50 Kwanzas (cerca de 70 cêntimos de dólar) por dia.

A construção destes quatro mercados municipais, a cargo da empresa China Jiangsu International, insere-se no plano do Governo Provincial de Luanda que visa regular a venda na capital, actualmente marcada pela existência de um grande número de vendedores de rua. O âmbito deste plano insere-se também a construção do futuro Mercado do Panguila, a 15 quilómetros de Luanda, num terreno com cerca de 25 hectares, orçado em 28 milhões de dólares, que deverá ser o destino dos actuais vendedores do 'Roque Santeiro', um gigantesco mercado ao ar livre, que é um dos maiores de África.

A capacidade estimada será, no final, para acolher mais de cinco mil vendedores.

2.2 Mercados inaugurados sem datas para funcionarem

Jornal de Angola...14-11-06

O Mercado Popular do Cazenga, então designado por Asa Branca, inaugurado, sábado último, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ainda não tem

data prevista para o seu funcionamento.

Outros três mercados; Kifica, na Samba, Vidrul, em Cacuaco e Palanca, no Kilamba Kiaxi, estão, também, nas mesmas condições. É de realçar que os mesmos foram construídos com financiamento chinês e orçaram 12 milhões e 500 dólares.

Os mesmos serão geridos pelas empresas privadas RJB, Gestermik, Transom e Imosa mediante contratos de concepção de exploração e gestão, na base de um regulamento que vai organizar e disciplinar o funcionamento de todos os mercados locais de Luanda. Por exemplo, ontem, o administrador municipal do Cazenga reuniu com o novo gestor do mercado, fiscais, e membros da anterior administração. No encontro abordaram algumas considerações sobre o funcionamento do mercado.

De acordo com a fonte, embora ainda não se saiba sobre a data de abertura do mercado ao público, ele oferece melhores condições de venda dos produtos, bem como segurança aos compradores e transeuntes. "Não temos ainda qualquer orientação sobre a abertura do mercado, mais sabemos que isto irá acontecer em breve", disse.

Maior em relação aos outros três mercados, o do Cazenga, possui quatro naves com capacidade para 1.312 bancas para venda de produtos, duas câmaras frigoríficas, um armazém para produtos secos, uma área administrativa, 88 quiosques, um gerador de 500 KVA, além de reservatório de água e dois parques de estacionamento, um externo com capacidade para 170 lugares e um interno para 39.

Os mercados do Kifica e do Palanca têm duas naves com 656 bancas, duas câmaras frigoríficas, dois tanques de águas geradores de 500 kva. O mercado do Kifica possui, ainda, dois parques de estacionamento, um externo, para 100 carros e um interno para 52 lugares.

A Vidrul possui duas naves com 656 bancadas para venda, 36 quiosques, casas de banho, um gerador de 250 KVA, duas câmaras frigoríficas e dois parques de estacionamento com capacidade para 85 lugares.

O "JA" sob ainda de fonte segura que haverá uma norma para assegurar a conservação e manutenção dos novos mercados, que doravante funcionarão sob contrato de concessão e gestão privada

2.3 Canada/Microcredito: Mais pobres constituem novo publico alvo cobiçado pelos Bancos

Angop...15-11-06

Robert Annibale, presente na Conferência Global do Microcrédito, que decorre até quarta-feira em Halifax, Canadá, é um dos banqueiros que apostam nos clientes do microcrédito. Annibale é um banqueiro atípico, uma espécie de

globe-trotter do grupo americano Citigroup, e a sua clientela é composta por analfabetos e pessoas sem economias, ou seja, representantes de um enorme mercado inexplorado.

O banqueiro americano é uma das figuras presentes na cimeira, que tem como principal convidado o Prémio Nobel da Paz Muhammad Yunus, do Bangladesh, mentor de um projecto de microcrédito no seu país, um dos mais pobres do mundo. Muhammad Yunus, que começou por enfrentar o risco dos banqueiros do Bangladesh quando lhes pediu dinheiro para os mais pobres, descobriu que, com pequenas somas, os seus compatriotas sem recursos podiam dar início a uma actividade. Assim, Yunus criou o seu próprio banco, o Grameen Bank, em 1983 e a aposta viria a confirmar-se certa. Por isso, os grandes bancos querem agora segurar esta clientela, pensando que os pobres de hoje podem tornar-se nos clientes prósperos de amanhã. O microcrédito é actualmente aplicado através de 12 mil instituições, que ajudam cerca de 54 milhões de pessoas em todo o mundo, metade das quais vivia em situações de extrema pobreza. Em Portugal, a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), nascida em 1999, ajuda pessoas com um projecto para criar um negócio próprio que não tenham condições para o iniciar, conseguindo que elas obtenham um empréstimo no montante máximo de 5.000 euros através de uma parceria com o Millennium/BCP.

Além do empréstimo, a ANDC assegura um acompanhamento de longo prazo aos beneficiários, destacando consultores que fazem visitas regulares e dão conselhos de gestão e contabilidade aos micro-empresários.

Desde o início da associação, a ANDC ajudou a criar cerca de 630 empresas e 700 postos de trabalho.

2.5 Mercados inaugurados já funcionam dis GPL

Jornal de Angola...17-11-06

Os mercados Popular do Cazenga, da Vidrul, do Palanca e do Kifika, inaugurados no passado dia 10 de Novembro pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no quadro das comemorações do dia da Independência Nacional, estão abertos aos consumidores desde o referido dia, refere o Governo da Província de Luanda (GPL) em comunicado de imprensa distribuído ontem.

A nota do GPL indica, entretanto, que, no decorrer desta semana está-se a proceder "ao ultimar de detalhes indispensáveis a uma melhor prestação de serviços ao

público".

O GPL reafirma que com a sua inauguração estão criadas as condições para o funcionamento e operacionalidade dos mercados, nomeadamente a contratação de empresas privadas gestoras, a selecção dos vendedores e arrendatários das lojas, estabelecimento de taxas diárias e as rendas mensais dos espaços de venda, bem como a designação, pela autoridade máxima de cada município, de administradores-delegados.

2.6 falta de lugares provoca onda de subornos nos novos mercados

capital...18-11-06

A população do município do Cazenga, em Luanda, recebeu com alegria o mercado municipal que foi ali inaugurado, na semana passada, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Mas a mesma emoção só pode ser partilhada por uma parte dos vendedores do espaço onde foi erguida a nova estrutura comercial informal.

Vendedores ouvidos pelo semanário A Capital regozijam-se com a construção do mercado, erguido justamente onde se situava a antiga praça do Asa Branca. Além de mudar de nome, a praça também mudou de caras. No lugar de um terreno baldio construiu-se um mercado fechado, provido de bancadas de betão e de outras estruturas que conferem mais higiene, segurança e dignidade ao mercado.

Mas o problema está, justamente, no reduzido número de lugares disponíveis para as vendedoras do antigo mercado. Foram montadas no agora mercado municipal do Cazenga mil e 312 bancadas num esforço gigantesco que, todavia, não conseguiu acomodar todos os antigos vendedores na praça à céu aberto. Tem-se, assim, que apenas mil e 400 vendedores conseguiram lugar de um total de quatro mil credenciados pela anterior administração, mantendo-se os demais a espera de uma oportunidade «para furar», como disse uma vendedora ao semanário A Capital.

Neste caso particular, a oportunidade chama-se Micael, o nome de quem está incumbido da administração do mercado o mesmo que, segundo populares, orientou três fiscais para arrancar 300 dólares norte-americanos das vendedoras que queiram contrariar a sorte de não conseguirem um lugar no novo mercado.

«A operação», tal como apurou o semanário A Capital, está a cargo dos fiscais Bill, Nogueira e Mateus que são vistos em constantes segredinhos com as vendedoras não abrangidas. As que beneficiaram de um lugar no mercado municipal do Cazenga, por seu turno, reclamam da exorbitância das cobranças da administração do mercado que exige até mil e 500

kwanzas, para um espaço que lhes é cedido a título provisório, além da taxa de 50 kwanzas diários que têm de pagar, o mercado do Cazenga, que incluiu ainda 88 lojas, é o maior de um total de quatro que foram simultaneamente inaugurados no passado dia 11 de Novembro na cerimônia única que ali decorreu. Mas problemas iguais, conforme constatou a reportagem deste jornal, registam-se no mercado no Kilamba Kiaxi, localizado no bairro Pai anca. Ali, foram construídas apenas 684 bancadas para acomodar 720 vendedores, enquadrados conforme a conveniência da administração. De fora ficaram definitivamente mais de 800 antigos vendedores. Este mercado dispõe, também, de 36 lojas para serem alugadas, das quais a distribuição de pelo menos 18 será feita conforme os critérios que forem definidos pela administração.

Para a disponibilização dos novos mercados, o Governo fez um investimento de 12 milhões e 500 mil dólares. Além destas estruturas, foram postas à disposição do público mais dois mercados localizados, designadamente, na zona da Vidrul, em Viana (com 38 lojas, 784 bancadas para 822 vendedores), e no Benfica (com 44 lojas, 656 bancadas para 700 vendedores). Em conjunto, os quatro novos mercados oficiais, construídos de raiz em Luanda, vão albergar numa primeira fase dois mil e 250 vendedores com a garantia da melhoria de sanidade para os seus utilizadores, até mesmo da população circunvizinha.

Os quatro empreendimentos contam, para cada um, uma área administrativa, duas câmaras frigoríficas, um gerador de quatro mil e 100 KV A, dois tanques de água com capacidade para 50 mil litros cada, dois balneários públicos, um posto da polícia da ordem pública e outro de Bombeiros, além de um parque de estacionamento de viaturas.

Enquanto uns choram, por não terem conseguido lugares, outros pulam de alegria pelas condições dos novos mercados. No Cazenga, por exemplo, a vendedora Paula diz que sempre desejou vender em local fechado longe do sol, da poeira e da chuva. «Aqui até temos câmaras frigoríficas, para conservar os nossos frescos, e armazéns para outros produtos», comentou. Julieta, por sua vez, expressou felicidade por não ter de correr mais sempre que ver um homem fardado. «Já não é mais preciso fugir a Polícia», constatou. O problema é que nem todos tiveram a mesma sorte.

2.7 Kilapi e kixikila são estratégias de sobrevivências

Jornal de Angola...19-11-06

A socióloga Fátima Viegas considerou o kilapi "uma modalidade de comércio informal que tem ajudado

muita gente".

"O kilapi, a par da kixikila, é uma estratégia de sobrevivência e de solidariedade que ajuda as pessoas que têm pequenos negócios, já que as mesmas não têm créditos noutras instituições".

A socióloga reforça que, caso o indivíduo não tenha uma determinada quantia, automaticamente, com amigo ou com uma outra pessoa que tenha outra base económica, assume um pacto, denominado por kilapi.

"Fico com um saco de arroz, farinha ou qualquer produto, para fazer um determinado negócio".

Após a obtenção de lucros, "pago o meu empréstimo", considerou a fonte, para acrescentar que o kilapi hoje já não está a ser comerciantes, como antigamente, mas sim entre pessoas conhecidas. Ainda para ilustrar melhor o termo kilapi, a professora de Sociologia da Educação e da Religião acrescenta: "o salário que uma pessoa tem pode não ser suficiente para as despesas do dia-a-dia. E a maneira encontrada para suprir determinadas carências, é o recurso ao kilapi".

Segundo ela, antigamente, as pessoas iam às lojas, faziam um vale e gastavam uma certa quantia em comida, roupa ou qualquer outro produto. Essa despesa era paga por prestações ou totalidade.

Porém, tudo isso dependia da confiança entre as partes' nomeadamente da parte do consumidor em relação ao comerciante, como também do comerciante em relação ao consumidor.

Para a docente universitária, actualmente, entre os angolanos, há uma gritante ausência de confiança entre o consumidor e o comerciante.

Ainda no passado, esclareceu havia os empréstimos bancários. Todo o funcionário bastava mostrar a sua documentação e o banco imediatamente facultava o empréstimo bancário. De acordo com a interlocutora, não se comprava, por exemplo, mobília ou qualquer Produto com "dinheiro VIVO". Esse movimento era feito por via do kilapi, também conhecido como fiado ou vale.

2.8 O credito ajuda a aliviar o sofrimento

Jornal de Angola...19-11-06

A atribuição de créditos diversificados tem esta do a criar um equilíbrio social aceitável na vida de muitas famílias angolanas.

A afirmação é do economista Justino Pinto de Andrade, para quem este papel social pode crescer com o surgimento de mais bancos comerciais que deverão conceder créditos, o que criará uma concorrência leal, para além de que faria com que os bancos revissem, com rigor, as taxas de juros. Para o interlocutor, as taxas de juros aplicadas na concessão de créditos pelos bancos em Angola são relativamente baixas e

continuam a decrescer, uma diminuição que não pode ser feita pela via administrativa, mas sim fruto da concorrência entre

os sectores económicos envolventes nessa operação.

"Quem oferecer um serviço de melhor qualidade, melhor prestação de serviço financeiro e praticar preços mais competitivos, vai naturalmente absorver um maior número de clientes".

O também professor universitário explicou que, caso se aumente o número de bancos em Angola, a concessão de créditos fica mais facilitado, assim como haverá um serviço financeiro de melhor qualidade, porque, como disse, "o casamento entre o devedor e o banco é quase obrigatório, por estarem em jogo interesses entre as partes". Para Justino Pinto Andrade, apesar de algumas pessoas receberem salários relativamente razoáveis, há ainda uma certa desproporcionalidade entre o custo de um determinado bem e o salário auferido, constituindo-se o crédito a "tábua de salvação"

"Mesmo que alguém ganhe bem, não consegue, numa única prestação, comprar uma viatura nova ou uma residência, a não ser que tenha outras fontes de rendimentos que assim o facilita a comprar o que pretende".

Justino Pinto de Andrade disse ser frequente ouvir-se amiúde cidadãos divididos entre a satisfação resultante da recepção do crédito e a tristeza vindo daqueles que viram os seus intentos gorados. O economista e também director da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola explicou que a alegada insatisfação deve-se às vezes à falta de confiança por parte do banco.

Adiantou que os bancos estão no direito de redobrar esforços no sentido de evitarem o risco de falência.

"Os bancos têm de ser muito cautelosos ao concederem créditos ao cidadão", que, caso queira conseguir algum tipo de crédito, devera ser rigoroso e cumprir com as exigências das instituições bancárias. Justino Pinto de Andrade,

de defendeu a necessidade de o crédito bancário estar associado aos serviços de seguro, para, desta forma, impedir eventuais juízos decorrentes do fiado que, muitas vezes, pode passar para uma engenharia de alto risco, com a perda de tudo que se conquistou com suor e muito esforço à mistura.

Por outro lado, o entrevistado afirmou que o crédito de consumo constitui um dos produtos que esta a ajudar milhares de cidadãos espalhados pelos diversos cantos do país a resolverem os seus problemas.

2.9 Novos mercados em Luanda

Jornal de Angola...20-11-06

Num gesto que simbolizou igualmente a abertura de outros três, designadamente do Panguila, do Benfica e

da Vidrul, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugurou a 10 de Novembro o Mercado Popular do Cazenga (ex-Asa Branca). Construídos pela empresa chinesa China Jiangsu, os espaços ora inaugurados, que custaram ao Estado 12,5 milhões de dólares, serão geridos por empresas privadas.

Questão: a escolha de empresas privadas para gerirem os novos mercados é a ideal?

Cláudio Baptista,
estudante

Sou de opinião que sim, uma vez que se tem verificado muita desorganização no que concerne à gerência dos mercados, pois os seus responsáveis não são responsabilizados pelas anomalias que se verificam.

Almeida Manuel, mecânico

Penso que esta medida é a ideal, porque vai permitir que esses espaços, que custaram muito dinheiro ao Estado, sejam melhor conservados e a população possa beneficiar deles durante vários anos.

Miguel Afonso, estudante

Acho que a decisão de entregar a gestão dos novos mercados construídos em Luanda a entidades privadas é oportuna, porque desta forma haverá maior responsabilidade das pessoas na sua manutenção.

Domingas Justino, funcionária pública

Eu acho que não é uma ideia má, mas é preciso tomarem-se algumas cautelas, para que os bens públicos geridos por privados depois não acabem por ser privatizados, o que prejudicaria os vendedores.

Elizabeth Garcia, estudante

Na minha opinião, a escolha é ideal desde que as regras estejam bem definidas, porque a ideia de tudo que é gerido por privados corre bem nem sempre corresponde à realidade, sobretudo quando não há um acompanhamento do ponto de vista da fiscalização ..

Hélder Plácido, estudante Penso que não é uma má ideia, até porque estamos a caminhar para a reconstrução e desenvolvimento do país e por isso devemos associar também às empresas privadas as do Estado, para que, com a sua experiência, possam ajudar a melhorar a gestão da coisa pública.

Mariquinha dos Santos, funcionária pública

Penso que sim, porque existem muitas provas de que quando são entidades privadas a gerirem determinados negócios as coisas correm melhor. Em relação aos mercados, com certeza, vai se poder gerir melhor, por exemplo, os problemas relacionados com a limpeza.

Vilolo Neto, repórter fotográfico

A meu ver qualquer tipo de gestão a adoptar para os novos mercados é ideal, desde que os homens que estiverem à frente dessas estruturas cumpram de facto com o que estiver programado.

)

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Fórum do Kilamba Kiaxi quer mais envolvimento dos moradores

Jornal de Angola...10-11-06

O presidente do Fórum para o Desenvolvimento do Município do Kilamba Kiaxi, Mateus António Vieira Dias Neto "Mané", pediu ontem, em Luanda, aos municípios desta circunscrição a envolverem-se mais nos assuntos ligados ao crescimento da comunidade. Mateus Neto fez este pedido na abertura da trigésima sessão executiva do fórum municipal para o desenvolvimento do Kilamba Kiaxi, realizada na sala de reuniões da administração local. Segundo o responsável, todos os municípios têm o dever de contribuir com sugestões ou com acções para um rápido crescimento da localidade.

Acrescentou que este modelo de governação participativo é o mecanismo mais seguro para a resolução dos problemas candentes dos moradores, como água, energia eléctrica, saúde e educação.

"Nós somos os elementos moventes para o bem do município, porque da nossa união nascerá a força para a redução das carências enfrentadas pelos moradores da circunscrição", fez saber Mateus Neto.

O município do Kilamba Kiaxi tem seis comunas designadamente Neves Bendinha, Golfe I, Vila do Estoril, Camama, Havemos de Voltar e Palanca, e conta com uma população aproximada em mil habitantes.

3.2 Presidente da república está atento às necessidades de Cabinda

Jornal de Angola...10-11-06

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, transmitiu ontem, em Luanda, ao presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo, António Bento Bembe, a sua vontade de ver satisfeitas as necessidades de bem-estar das populações da província de Cabinda.

O facto foi anunciado ontem à imprensa pelo presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), à saída do primeiro encontro oficial com o Chefe de Estado, desde que começaram as conversações que culminaram num acordo entre o Governo e o FCD.

De acordo com Bento Bembe, o Presidente da República manifestou uma "preocupação especial" em

relação ao estatuto especial resultante do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação Nacional assinado pelo Governo e pelo FCD, no dia 1 de Agosto no Namibe.

"Ele foi bastante sensível. Notei que ele (o Presidente da República) é bastante sensível às necessidades de bem-estar das populações, e tem, neste momento, uma preocupação muito especial com as especificidades de Cabinda", disse.

Bento Bembe disse que do encontro que teve com o Presidente da República resultaram garantias de que as preocupações sociais das populações de Cabinda estão na sua agenda.

O líder do FCD entregou ao Presidente da República um relatório que faz o balanço das actividades desenvolvidas no âmbito da implementação do Memorando de Entendimento.

Ele aproveitou igualmente a oportunidade para apresentar ao Chefe de Estado uma lista de sectores, como educação, saúde e obras públicas, que precisam ser lançados naquela província.

Bento Bembe diz ter constatado, nas visitas que fez a municípios de Cabinda, no quadro do processo de esclarecimento sobre o conteúdo do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação em Cabinda, que a população está preocupada com a paz, o desenvolvimento e com a criação de postos de trabalho na província.

Ele esclareceu que, nos municípios que visitou, foi calorosamente recebido, desmentindo informações de que não tem sido bem recebido pela população local. Para ele a paz em Cabinda é irreversível. "Os acordos que assinámos e o clima que se vive em Cabinda confirmam o fim definitivo do conflito", afirmou Bento Bembe.

Recentemente, um grupo de embaixadores acreditados no país visitou a província de Cabinda. De acordo com Bento Bembe, a visita serviu para os diplomatas constatarem o ambiente de paz que se vive na província.

O processo de pacificação em Cabinda, de acordo com Bento Bembe, caminha firme até à sua conclusão.

3.3 AN debate OGE e programa do Governo na generalidade

Angop...15-11-06

A Assembleia Nacional reúne-se esta quinta-feira em sessão plenária para proceder ao debate e votação, na generalidade, do Programa Geral do Governo para o biênio 2007/2008 e da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2007.

Os documentos, apresentados pelo Governo à Assembleia Nacional no passado dia 09 do corrente, serão objecto, na sessão de quinta-feira, de apreciação

crítica geral dos grupos parlamentares através da emissão de declarações políticas.

O OGE 2007, a vigorar a partir do dia 01 de Janeiro próximo, comporta receitas estimadas em 2.503.887.060.119,00 kwanzas e despesas fixadas em igual montante.

Relativamente à distribuição funcional da despesa total orçamentada, o sector social, com 28,1 por cento da despesa, continua a beneficiar da maior proporção, seguindo-se os sectores da administração, com 22,6 por cento, o económico 14,1 por cento e da defesa e ordem interna 12,7 por cento.

Por sua vez, o Programa Geral do Governo para 2007-2008 mantém, no essencial, os objectivos definidos para o período de 2005-2006, com destaque para a consolidação da paz e da reconciliação nacional e a constituição de uma economia nacional integrada e auto-sustentada.

Afiguram-se ainda nas suas finalidades, o restabelecimento da administração do Estado em todo país, o desenvolvimento harmonioso do território e dos recursos humanos e a consolidação do processo democrático.

3.4 AN aprova OGE para 2007 na generalidade

Jornal de Angola...17-11-06

Com 89 votos a favor nenhum voto contra e 42 abstenções, a Assembleia Nacional (AN) aprovou ontem na generalidade tanto o Orçamento Geral de Estado (OGE) quanto o Programa Geral do Governo previsto para o período 2007/2008.

Entretanto, a plenária remeteu às comissões de especialidades a discussão, para as próximas semanas, questões de pormenor.

Tal qual foi equacionado, o Orçamento do Estado vai manter os objectivos traçados em 2005/2006, dar continuidade às acções iniciadas, numa estratégia que objectiva a consolidação da paz e reconciliação, a edificação das bases para a construção de uma economia sustentada e o restabelecimento da administração do Estado em todo o país.

Com a aprovação do OGE/2007, o Governo pretende, genericamente, relevar as suas acções no domínio do fomento e promoção da actividade económica, cujos vectores essenciais são, nomeadamente, a reestruturação do sistema de logística e de distribuição de produtos essenciais à população e a criação de novos complexos industriais.

Nesta base, o Estado, durante um ano, não descarta o relançamento da actividade agrícola e pecuária de grande escala, fundamentado no desenvolvimento de projectos agrícolas para a produção, entre outros produtos, de açúcar, soja e arroz.

Neste lapso de tempo, o Governo vai promover, também, o desenvolvimento, quer dos recursos humanos, quer, de uma forma harmoniosa, do território e a consolidação do processo democrático.

Para a consumação destes princípios orientadores, o Estado, no quadro da política e das medidas de política, e no que tange às receitas tributárias, estabelece a preparação de uma reforma tributária abrangente que abarque a administração, o sistema e a justiça tributária. O OGE/2007 está estruturado de tal forma a prosseguir a implementação de medidas que visam a melhoria dos serviços da administração tributária e de alargamento da tributação de rendimentos e consumo que, como reconhece o Ministério das Finanças, têm estado fora de controle.

O OGE/2007, a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro próximo, comporta receitas estimadas em 2.503.887.060.119.00 de kwanzas e despesas fixadas em igualmontante.

3.5 Utcah quer programas de desenvolvimento ao invés de ajuda

Jornal de Angola...17-11-06

A unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH) propõe que as Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e internacionais passem a desenvolver programas de apoio ao desenvolvimento das comunidades, ao invés de acções humanitárias.

Segundo o director geral da Utcah, Pedro Calenga, neste período pós-conflito já não se faz sentir a necessidade de acções propriamente, humanitárias mas, sim de projectos de apoio desenvolvimento das comunidades, tendo em conta as prioridades do Governo no que diz respeito à melhora das condições de vida das populações.

Os programas de combate, à pobreza e à fome, às gran'des endemias; a garantia da segurança alimentar, educação, saúde e concessão de micro-créditos são algumas das acções prioritárias para o Governo, referidas por aquele responsável.

Pedro Calenga falava ontem, em Luanda, no final da reunião anual da Utcah com as ONG nacionais e internacionais, cujos objectivos foram a apresentação do balanço das actividades realizadas durante o ano de 2006, proceder à avaliação do desempenho das ONG, bem como do impacto das suas acções junto dos beneficiários.

O responsável da Utcah disse que as acções de apoio ao desenvolvimento das comunidades são mais complexas, ou seja, exigem uma, planificação e sistematização. Muitas organizações, disse, não apresentam o relatório que indica a área de actividade, o método de actuação,

os beneficiários, os financiadores e os possíveis resultados do trabalho que se predispõem desenvolver.

"Nós queremos alertar que o Governo está atento ao trabalho das organizações e está cada vez mais animado em estabelecer parcerias, mas é necessário que digam onde e como vão desenvolver o seu trabalho, quais os beneficiários, quais os financiadores e o que se espera desse trabalho, de modo que possa desenvolver a sua acção tendo em conta o trabalho dos parceiros", disse, reconhecendo o prestimoso trabalho das ONG durante o conflito armado, que fez mais de quatro milhões de deslocados.

A aplicação de sanções às ONG que não apresentem relatório das suas acções não está prevista na lei; Por este motivo, os participantes da reunião são a favor da revisão deste documento, pelo que está em curso a recolha de contribuições que possam preencher as lacunas existentes ligada a essa questão e a outras que visam a melhoria do modo de actuação das organizações.

Nesse sentido, e face ao novo contexto do país, a Utcáh pretende propor ao Governo a mudança da sua designação para Instituto de Desenvolvimento Comunitário ou Instituto de Registo e Apoio ao Terceiro Sector.

"A Utcáh é um instituto público que está ligado a acções humanitárias. Mas o conceito humanitário está a cair em desuso, tendo em conta o próprio desenvolvimento do país. Portanto, esta é apenas uma proposta que o Governo deverá avaliar. Talvez' não seja mais unia estrutura tutelada pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) porque a actividade desse organismo está cada vez mais reduzida", disse.

3.6 Líderes parlamentares exigem transparência na gestão do erário público

Folha8...18-11-06

A institucionalização da corrupção e falta de transparência nos actos e governação e ausência de políticas credíveis para combater estes males foram os aspectos que dominaram as intervenções dos líderes dos grupos parlamentares, durante a sessão plenária de 15.11 que debateu, na generalidade o Programa geral do Governo para o biénio 2007/2008 e da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2007.

Os líderes dos grupos parlamentares, especialmente da oposição, foram unânimes em afirmar que existem indicadores susceptíveis de surgirem plioridades em função de situações evolutivamente degradantes nomeadamente nos sectores da saúde, ensino, habitação (...) agricultura que ansiosamente continuam a esperar por gestos mais sentidos das autoridades.

Angola, segundo a oposição beneficiando de um

manancial de riquezas, num curto espaço de tempo ficou submetida a uma desenfreada exploração, com as populações remetidas a podreza extrema.

O crescimento económico tem de permitir o desenvolvimento socio-económico do país, só assim os angolanos estarão a altura de quebrar o ciclo vicioso da indigência.

O chefe da bancada parlamentar da FNLA, Benjamim da Silva, referiu que os anos de guerra já ficaram para trás, mas estranhamente dotações orçamentais continuam a ser encaminhadas para órgãos do partido no poder, como a ODC (Organização da Defesa Civil). "Os hospitais encontram-se em estado calamitoso, não oferecendo as condições mínimas para o exercício adequado da medicina".

Há carência de medicamentos, as condições de atendimento deixam muito a desejar. O surto de cólera persiste pela ausência de condições básicas de higiene", lamentou.

Alcides Sakala da UNHA, por sua vez disse que o seu partido tem manifestado em várias ocasiões a necessidade ingente de dar conteúdo material a reconciliação nacional, como garante da estabilidade social dos cidadãos.

"É nossa convicção que a reconciliação nacional, que é um processo político, tem de ter uma dimensão material", salientou, acrescentado que a UNITA está desencantada ao verificar a privatização do Estado, por uns poucos da mesma cor política e uma enorme injustiça na distribuição da riqueza nacional.

"Se quisermos criar uma classe média nacional e empresarial, sem cores partidárias, a atribuição de créditos tem de ser despartidarizada para que qualquer angolano que tenha boas ideias e projectos credíveis lhe seja dada uma oportunidade", acrescentou.

De acordo com Sakala, a distribuição da riqueza nacional tem de ser representada e com urgência no âmbito do de democratização e como medida de prevenção de conflitos.

O líder do grupo parlamentar da UNITA reconheceu a existência de um certo crescimento acelerado e a estabilização macro-económica, mas ancorada no petróleo e no diamante, o que torna a economia angolana bastante vulnerável.

"Angola continua no plano regional e internacional, como um dos países mais caros do mundo, com uma economia menos competitiva da região, tanto em termos de preços, como de qualidade e de produtividade", frisou. O deputado Alexandre André, que representa o grupo misto de deputados de pequenos partidos referiu não se poder ainda glorificar os esforços do Governo, numa altura em que o país, enfrenta uma crise social sem precedentes. "Cerca de 70 por cento das actividades programadas pelo Governo durante o ano passado não foram cumpridas",

denunciou o também líder do PAJOCA, que defendeu ainda a valorização e formação do homem. Norberto dos Santos Kwata-Kanawa vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA reconheceu que a economia angolana continua a repousar no sector extractivo, adiantando que o seu partido vai continuar a ajudar o Governo no combate a pobreza. "Felicitamos o desempenho do Governo que durante o ano passado conseguiu estabilizar a nossa economia. O MPLA vai orientar o Governo para criar mais postos de trabalho, construir escolas, hospitais e outras infra-estruturas para o bem das nossas populações", prometeu.

A Assembleia Nacional reuniu-se no dia 16.11, em sessão plenária para proceder ao debate e votação, na generalidade, do Programa Geral do Governo para o biénio 2007/2008 e a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2007.

Os documentos, apresentados pelo Governo à Assembleia Nacional no passado dia 09 do corrente, foram objecto, de apreciação e críticas dos grupos parlamentares. O OGE 2007, a vigorar a partir do dia 01 de Janeiro próximo, comporta receitas estimadas em 2.503.887.060.119,00 kwanzas e despesas fixadas em igual montante. Relativamente à distribuição funcional da despesa total orçamentada, o sector social, com 28,1 por cento da despesa, continua a beneficiar da maior proporção, seguindo-se os sectores da administração, com 22,6 por cento, económico 14,1 por cento e da defesa e ordem interna 12,7 por cento. Por sua vez, o Programa Geral do Governo para 2007-2008 mantém, no essencial, os objectivos definidos para o período de 2005-2006, com destaque para a consolidação da paz e da reconciliação nacional e a constituição de uma economia nacional integrada e auto-sustentada. Afiguram-se ainda nas suas finalidades, o restabelecimento da administração do Estado em todo país, o desenvolvimento harmonioso do território e dos recursos humanos e a consolidação do processo democrático.

3.7 Angola OGE 2007 - Paradoxos, incoerência e expectativas (I)

Capital...18-11-06

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Uma simples leitura aos dados do quadro anterior permite-nos concluir facilmente o seguinte:

1.- Angola vai atingir a fasquia dos 2 milhões de barris de petróleo produzidos por dia e incluir-se-á no grupo dos países com um Produto interno bruto (PIB) acima dos 50 biliões de dólares americanos, o que por pessoa (per ca-pita) corresponderá a mais de usd 3 mil, se considerarmos uma população de 15 milhões de habitantes.

Mas atenção:- Dos mais de 50 biliões de usd, do PIE o Governo só ficará com usd.31 biliões (Receita do OGE) em 2007. É com todo este dinheiro e as reservas transitadas de anos anteriores que o Governo de Angola é suposto gerir bem ou (mal) este país!

2.- O Sector petrolífero continuará em 2007 a crescer mais do que qualquer outro da economia nacional (33,6%) e a dependência da população angolana e não só às receitas de petróleo deste país será maior do que em anos anteriores pois prevê-se que cerca 79% das receitas do OGE, sejam petrolíferas!

3.- A inflação (preços) continuará na fasquia dos 2 dígitos, sendo por isso uma das mais altas da Região SADC.

4.- Olhando para as receitas verificamos que elas sofrerão um aumento de 8 biliões de dólares em 2007 comparativamente a 2006. Destas só em Bónus e prémios de petróleo o Estado irá arrecadar 2 biliões de usd. e em rendimentos das concessões petrolíferas qualquer coisa como 5 biliões de usd. Chegados aqui parece importante fazer um parêntesis para esclarecer que, dentre todas as empresas que operam no sector de petróleos em Angola, a Sonangol é a Companhia que isoladamente exporta mais. Em 2004 exportou 102,2 milhões barris contra 61,3 milhões da Chevron Texaco. Em 2005 exportou 129,2 milhões de barris contra 66,4 milhões de barris da Esso e 60, 3 milhões da Chevron Texaco.

Portanto a Sonangol é a maior empresa de petróleos de Angola! (fonte: Revista Energia)

5.- Pela primeira vez a maior parte do dinheiro irá ser gasto em despesas de capital (investimentos público e amortização de dividas = 48,5%), mas as despesas correntes (salários e outros gastos para assegurar a funcionalidade do aparelho do Estado), continuarão a absorver muito dinheiro do O.G.E (42,4% do total). Mesmo assim, sobrarão 9% da receita total para Reservas (cerca de 2,7 biliões de usd.)

6.- Angola ficará em 2007 mais endividada do que nos últimos 5 anos. A Divida Externa atingirá usd.17,4 biliões quando em 2005 era apenas de usd 15 biliões e em 2004, cifrava-se em 8,8 biliões de usd.

Quer dizer que em 2007 cada angolano, ficará a dever 1 milhão e 160 mil dólares à instituições estrangeiras e nacionais. É um grande peso nas costas de cada um de nós!!

7.- Por agora ficamos aqui. Lembrem-se que o Orçamento de um país ou de uma instituição qualquer que seja, é o instrumento que prevê financeiramente, as opções práticas que os gestores sejam eles do Estado ou das empresas, vão adoptar num determinado ano para concretizar os seus Planos (programas) Económicos.

Todos sabemos que é o dinheiro que possibilita a realização das intenções, que operacionaliza as políticas

com vista a tornar reais os objectivos económicos e sociais preconizados nos Programas Económicos.

8.- Na segunda parte deste artigo, pretendo analisar convosco, 2 das principais políticas macro-económicas que este Governo tem seguido (A política cambial e a de rendimento e preços) e avaliar os seus resultados.

Para o governo os resultados têm sido excelentes. Veremos que não é bem assim! Abordarei ainda a partilha do OGE por funções que o Governo pretende fazer em 2007. Como é que o Rendimento Nacional vai ser repartido? Irei analisar com particular ênfase e exemplos práticos, o sector da Saúde e da Educação.

O programa de investimento público que este Governo pretende adoptar para o ano de 2007 será também comentado e ao longo do meu trabalho de investigação critica sairão a tona os vários paradoxos, incoerências e até expectativas deste OGE que poderá ser o último da II Republica, se as 2 a eleições se realizarem mesmo em 2007, o que eu continuo a duvidar! Será inteligente e sensato que uma Casa Militar da Presidência de Republica (em tempo de paz) receba recorrentemente (todos os anos) mais dinheiro do OGE do que o Comando Geral da Polícia que tem a seu cargo o apetrechamento e a operacionalização de toda a polícia nacional (18 províncias)?

Num país onde a principal causa de morte é a malária é correcto atribuir-se ao Sub-Programa de combate á Malária apenas 8 milhões de dólares todo o ano e nem sequer existir no OGE verbas para um Sub-Programa de combate à cólera que já matou mais de mil pessoas esta ano? Ou acham, caros leitores , que temos de aplaudir opções políticas deste Governo que pretendem atribuir ao Ministério da Comunicação Social (Órgãos do Estado) o triplo da verba que tencionam dar aos 20 hospitais provinciais, existentes neste País onde a maioria esmagadora da nossa população vai tratar as suas doenças e buscar saúde para "sobreviver" um pouco mais?

Estes e muitos outros paradoxos ou absurdos, serão apresentados nos próximos 2 números deste trabalho de análise critica e pedagógica ao O.G.E. 2007. Convido-os ao próximo número. Até lá Bem hajam!

3.8 Orçamento da estabilidade

Jornal de Angola...18-11-06

A aprovação, na quinta-feira, do Orçamento Geral do Estado na generalidade, e do Programa Geral do Governo para 2007-2008, pela Assembleia Nacional, marca mais um passo no cumprimento das metas que o Estado angolano vem prosseguindo desde que o país alcançou a paz definitiva, em Abril de 2002.

Depois do início da fase decisiva do processo eleitoral o registo de eleitores- que vai monopolizar as atenções da sociedade nos próximos 12 meses, era justo também,

nesta fase, e em tempo oportuno, permitir que o Executivo tenha em seu poder, os instrumentos legais que lhe permitam prosseguir a execução dos vários programas no domínio social, económico e político. Assim, a discussão, nos próximos dias, do OGE nas comissões de especialidade, vai permitir a aprovação definitiva do documento para começar a vigorar a partir do dia 1 de Janeiro.

Os objectivos e metas macro-económicas previstos neste projecto, que prossegue objectivos já incluídos no programa ainda em execução, tais como o relançamento da actividade agrícola e pecuária de grande escala, o desenvolvimento dos recursos humanos, vão permitir, de uma forma geral, alcançar os objectivos gerais do Governo, que 'visam a consolidação da paz e reconciliação, a edificação das bases para a reconstrução de uma economia sustentada, e o restabelecimento da administração do Estado a todo o território.

O grande desafio deste orçamento, como os outros que o antecederam, é manter a estabilidade do nível de preços que se vem registado há 5 anos e manter o poder de compra dos funcionários, conforme as metas definidas pelo Executivo, permitindo que a inflação se mantenha abaixo dos níveis actuais. E até agora as autoridades monetárias do país têm vindo a dar prova da sua capacidade de prosseguir nesse objectivo. Muito trabalho têm os nossos parlamentares e os responsáveis dos vários departamentos governativos, quando nos próximos dias se encontrarem, face a face, para discutirem os fundamentos das várias propostas sectoriais, em termos de OGE para 2007.

3.9 Comissões parlamentares analisam OGE/2007 na especialidade

Jornal de Angola...22-11-06

O deputado da bancada parlamentar do MPLA, Paulo Mateta, reiterou que os documentos aprovados na Assembleia Nacional são remetidos à discussão e analisados pelas várias comissões de especialidade da Casa das Leis.

"O Parlamento está a cumprir um preceito regimental da" Lei Orgânica da Assembleia Nacional, que obriga que os documentos, neste caso vertente, o Orçamento Geral de Estado para 2007 e o Programa Geral do Governo . para o biênio 2007/22008, sejam aprovados tanto na generalidade quanto na especialidade", afirmou.

Paulo Mateta teceu estas declarações à margem da reunião entre a 6ª comissão da Assembleia Nacional, consagrada aos Assuntos Religiosos, Juventude, Desportos, Ciência e Tecnologia e Comunicação Social, com o Ministérios da Juventude e Desportos e Ciência e Tecnologia, destinada à discussão específica e estrita-

das verbas canalizadas pelo OGE/2007 para o sector e o Programa Geral do Governo para o período 2007/2008.

Com a mesma finalidade, a 5ª comissão da AN - Economia e Finanças, esteve à mesma mesa com os Ministérios do Plano, Finanças, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Indústria, Transportes, Obras Públicas e o Banco Nacional de Angola.

Ainda neste particular, a 2ª comissão foi ao Ministério da Defesa, sendo que a 7ª esteve num dos hemiciclos, para abordar as verbas destinadas ao Ministério da Saúde.

O Orçamento Geral do Estado para 2007, estimado em 2,5 triliões de kwanzas, aprovado, quinta-feira passada, com 82 votos favoráveis, 42 abstenções e nenhum contra, tem uma forte componente social, esta, que recebeu uma dotação de 28,1 por cento da despesa total.

Entretanto, tal qual se configura o actual estado financeiro do país, a dívida externa vai ascender a cerca de USD 17.447,4 milhões, valor equivalente a 33,9 por cento do Produto Interno Bruto.

O OGE, elaborado, com base no Programa Geral do Governo para 2007/2008, mantém os objectivos estabelecidos em 2005/2006 e visa dar sequência às acções então desenvolvidas e complementá-las, para realizar acções que visam a consolidação da paz e reconciliação nacional.

Neste quadro, o OGE e o Programa Geral do Governo enaltece a educação dos pilares para a construção de uma economia auto-sustentada, restabelecimento da administração do Estado em todo o país, o desenvolvimento, tanto dos recursos humanos quanto, de forma harmoniosa, do território e a consolidação do processo democrático.

Os parlamentares vão ob·servar, a partir de 15 de Dezembro, um interregno de um mês.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Registo eleitoral na ordem do dia

Independente...04-11-06

Os meses de Setembro e Outubro foram de muito trabalho para os partidos políticos na província de Malanje, na preparação dos seus membros para as futuras eleições no país. Formações partidárias como o MPLA, a UNITA, a Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA), o Partido Renovador Democrático Angolano (PRD) e o Partido de Renovação Social (PRS) terminaram, em tempo recorde, o processo de formação, não obstante a indolência que rodeia a etapa do escrutínio. O pacote legislativo eleitoral, o papel dos partidos políticos e a sociedade civil no registo eleitoral, o CNE e os seus respectivos órgãos, o registo eleitoral, os agentes eleitorais e o código eleitoral foram, entre outros, os temas que dominaram o período de formação dos militantes afectos às diferentes forças políticas. O secretário provincial da UNITA, Luís Francisco Quissanga, entende que a participação de todo cidadão com capacidade eleitoral activa no registo vai contribuir para a consolidação da paz e para as mudanças que se pretendem para o desenvolvimento de Angola. Luís Quissanga afirmou ser contra a abstenção, que "é sinónimo de negar o desenvolvimento do país. Peço que trabalhem para darmos uma oportunidade a este país." O secretário da Unita orientou os fiscais da organização que dirige na província de Malanje a transmitirem ao "povo da cidade e do campo", que, em Angola, nunca mais haverá guerra entre irmãos. "Norsk Hydro", através da ajuda Cristã das igrejas Norueguesas, parceira da ACM no Kuanza-sul. Cerca de 17133 dólares americanos serão aplicados no projecto que arrancou a 10 de outubro, com a assinatura, entre as partes, de um acordo de cooperação rubricado pelo director da ACM kuanza-sul, Ernesto Cassinda e pelo representante da "Norwegian church aid", Bert Stromme. Ernesto Cassinda garantiu terem sido já feitos os levantamentos das "proformas" nas empresas que fornecem a tubagem, estando os seus funcionários a trabalhar no local. A organização não governamental cristã, que só emprega angolanos, cabendo aos expatriados a missão fiscalizadora, pretende abranger 6.312 famílias até 2010 com os projectos de aumento e diversificação da produção agrícola, saúde preventiva, reintrodução da tracção

animal, educação, saúde curativa, lei de terra, associativismo e cooperativismo, reforço das organizações da sociedade civil do Kuanza-sul, reabilitação do sistema de captação e fornecimento de água nos Municípios de Kassongue, Cela e Kibala.

4.2 CPE "Puxa orelhas" a partidos políticos

Cruzeiro do sul...04-11-06

A dez dias do início do Registo Eleitoral, a Comissão Provincial Eleitoral (CPE) vem a público lamentar a letargia dos partidos políticos sediados em Benguela no que concerne ao credenciamento dos seus fiscais.

Ao balancear para o CS o encontro recente com os partidos com e sem assento parlamentar, a porta-voz da CPE, Natália Oliveira, começou por sublinhar a presença de apenas 13 formações partidárias num universo de 62.

"Os ausentes ainda não apresentaram as razões", afirmou a nossa fonte, para mais adiante advertir que o encontro foi dominado por questões que têm a ver com o credenciamento dos fiscais para o registo.

Os partidos, segundo Natália Oliveira, são os principais prejudicados, uma vez que a fiscalização constitui um elemento essencial neste processo.

A porta-voz da CPE de Benguela não quis acreditar que os partidos políticos estejam a ignorar um aspecto tão importante para as suas ambições como é o caso da fiscalização do registo de eleitores.

"Apesar de termos núcleos e formadores, estes agentes eleitorais são formados pelos seus próprios partidos", respondeu a nossa interlocutora quando convidada a pronunciar-se sobre o andamento da formação dos fiscais.

Natália de Oliveira não descartou a possibilidade de a CPE colocar formadores seus à disposição deste ou daquele partido sempre que forem solicitados os seus préstimos.

Acrescentou que deve haver celeridade neste processo, uma vez que só depois de credenciado é que a Comissão Executiva, o órgão competente para tal, indica as áreas de actuação dos fiscais. Assim, avanço, os partidos têm até cinco de Novembro, quatro dias antes do início do registo, para tratarem das questões que permitam credenciar os seus fiscais, conforme recomenda a Comissão Nacional Eleitoral. Trabalharão em Benguela 62 fiscais, sendo que a maior parte (18) estarão no município do Lobito, o mais populoso da província, 13 no município sede, 9 na Cubal, 6 na Ganda, 4 na Baía Farta, igual número para o Balombo, 2 no Chongoroi e 2 no Caimbambo.

4.3 Cidadinos convidados a aderir ao registo eleitoral

Angop..14-11-06

O coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, apelou hoje, em Luanda, a população para aderir ao registo eleitoral, a iniciar na quarta-feira, para garantir o êxito das próximas eleições e consolidar a democracia.

O também ministro da Administração do Território falava a população, quando participava numa campanha de educação cívica aos vendedores e clientes do mercado Roque Santeiro.

No mercado, Virgílio de Fontes Pereira parou defronte de barracas para dialogar com vendedores, bem como interpelou transeuntes para falar da importância do registo eleitoral.

Em linguagem coloquial, explicou que devem registar-se todos aqueles que completem 18 anos até Junho do próximo ano, bem como falou das facilidades aos que não têm documentos.

Abraçando as pessoas que abordava, disse que o registo eleitoral permite ao cidadão adquirir o estatuto de eleitor, e que a participação representa o reforço da democracia.

O registo eleitoral efectua-se mediante a apresentação do bilhete de identidade ou passaporte, mesmo que caducados ou ainda com carta de condução, cartões de residência, das Forças Armadas e do alto comissariado da ONU para os refugiados.

Aconselha que, a partir de quarta-feira, cada um deve se registar calmamente junto de sua casa, evitando grandes aglomerações, uma vez que o registo se estenderá até Junho de 2007.

Nesta actividade, o ministro fez-se acompanhar de directores nacionais do seu peloutro, o coordenador da Comissão Executiva Provincial de Luanda, Miguel Lima, o administrador do Sambizanga, Eduardo Reis, e funcionários das instituições envolvidas.

4.4 Início do registo eleitoral em Angola

Angop..15-11-06

Com o registo do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, por volta das 10h18, iniciou hoje em Luanda a Campanha de Registo Eleitoral, que prevê abranger sete milhões e meio de angolanos.

Depois do Chefe de Estado registaram-se na escola 307, no município da Ingombota, o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, o presidente do Tribunal Supremo, Cristiano André, entre outras individualidades.

O registo eleitoral decorre até ao dia 15 de Dezembro, período em que se prevê registar-se um milhão de angolanos. Nesta data haverá interregno devido a quadra festiva. O processo retoma a 15 de Janeiro de 2007, estando o seu término previsto para 15 de Junho de 2007.

4.5 Liberdade de expressão no período eleitoral mal garantida ainda

Apostulado...16-11-06

A instituição destaca esta opinião num relatório publicado hoje em Bruxelas, de 26 páginas, intitulado "Protecção Limitada: Liberdade de Expressão e Informação sob a Nova Lei de Imprensa Angolana".

O documento analisa a nova Lei de Imprensa de Angola, estimando que a mesma «contém elementos que põem em risco a liberdade de imprensa». Sublinha a garantia de liberdade de imprensa como uma «medida crucial» no âmbito do processo que vai levar às eleições previstas para 2007.

«A menos que o Governo angolano adequê a nova Lei de Imprensa aos padrões internacionais, a liberdade de imprensa no período eleitoral estará comprometida», comentou mesmo Peter Takirambudde, director da divisão da África da HRW, abordado pela agência Lusa. Por isso, o relatório exorta o governo de Angola a melhorar o quadro legal aplicável à liberdade de imprensa no país através da descriminalização da difamação, tanto na Lei de Imprensa quanto no Código Penal, e imediata aprovação das leis e regulamentos complementares necessários à plena e efectiva aplicação da Lei de Imprensa.

Também apela às autoridades de Luanda para que envolvam as associações de jornalistas e outras organizações da sociedade civil na elaboração das leis e regulamentos complementares à Lei de Imprensa. Avanços... mas A HRW reconhece «avanços em relação à antiga lei» mas conclui que a nova «ainda contém elementos que põem em risco a liberdade de imprensa» e muitas das principais disposições da lei permanecerão inaplicáveis a menos que seja imediatamente adoptada legislação complementar.

A organização aponta a eliminação do monopólio estatal sob transmissões televisivas e a criação de um serviço público de informação como «elemento chave» da nova legislação. Mas critica o facto de o processo que a lei estabelece para concessão de licenças de radiodifusão e televisão privadas ser «extremamente burocrático e sujeito à discricionariedade do governo, quando deveria estar subordinado a órgãos independentes, como recomendado pelos padrões regionais relativos à liberdade de expressão».

«O governo deve aprovar urgentemente a necessária

legislação complementar para tornar plenamente aplicáveis as reformas previstas pela nova Lei», insistiu Peter Takirambudde.

O relatório sublinha que a Lei de Imprensa também define como crimes "certas condutas de profissionais" de imprensa em «termos vagos e demasiadamente amplos», estabelecendo penalidades excessivas para tais crimes.

Continua a criminalizar a difamação «Contrariando a boa prática internacional na área da protecção a liberdade de expressão, a lei continua a criminalizar a difamação», segundo o relatório.

A Human Rights Watch constata a existência de «obstáculos significativos» à circulação de jornais privados por todo o país, entre eles, os impostos excessivos sobre o papel de impressão, altos custos de transporte e a dificuldade de acesso a algumas regiões por falta de infra-estrutura.

«Registraram-se alguns incidentes em que indivíduos não identificados confiscaram jornais privados que chegavam às províncias quando estes publicaram artigos críticos ao governo», segundo o documento.

A HRW sublinha a necessidade de legislação complementar para tornar aplicável o Estatuto dos Jornalistas, que estabelece os direitos e deveres dos jornalistas e as condições para a emissão, renovação, suspensão e confiscação da carteira profissional.

A nova Lei de Imprensa foi publicada no Diário da República de 26 de Maio último, estabelecendo as novas regras para o exercício da profissão de jornalista.

A Human Rights Watch dedica-se à protecção dos "direitos humanos dos povos do mundo inteiro". Criada em 1978, ela afirma-se disposta a impedir a discriminação, apoiar a liberdade política, proteger as pessoas dos comportamentos desumanos em tempo de guerra, e trazer os culpados à justiça. Conduz neste sentido investigações sistemáticas e regulares sobre os abusos contra os direitos humanos em mais de 70 países no mundo.

4.6 Registo eleitoral arranca com controversia sobre fiscais

Apostolado...16-11-06

A operação decorrerá numa primeira que irá até 15 de Dezembro, sucedendo a segunda em Janeiro para findar a 15 de Junho de 2007. A meta é alistar um total de 7 milhões de eleitores no final do processo, de acordo com a projecção oficial.

Simbolicamente, o presidente da República, José Eduardo Dos Santos, deu o pontapé de saída do exercício a partir de uma sala da Escola 307 em Luanda.

No local, Dos Santos inscreveu-se e recebeu o primeiro cartão, seguido pouco depois das outras entidades

protocolares como os presidentes do Parlamento, do Tribunal Supremo, o Cardeal, líderes dos partidos parlamentares e outras personalidades. Conforme o plano oficial, a fase aberta hoje abrange 51 municípios do triplo que conta o país. Estas jurisdições foram priorizadas pela sua estimada densidade do potencial eleitoral.

Na capital angolana, o registo decorre em simultâneo em todas as partes ao passo que no interior do país, o plano admitiu a adequação das datas de arranque às condições concretas.

«Votar é um dever cívico, direi mesmo que é uma forma de exercer a caridade e o amor ao próximo para que o bem comum seja uma realidade», comentou o arcebispo de Luanda, D. Damião, que participou no acto de hoje.

O também presidente do episcopado angolano reiterou «todo o apoio da Igreja Católica ao processo eleitoral», frisou que «o sucesso deste processo passa pelo desempenho e pela responsabilidade dos angolanos» e desaconselhou «o fatalismo».

Bloco Se Dos Santos manteve hoje o seu habitual mutismo perante a imprensa, os opositores eles continuaram férteis em declarações críticas sobre as falhas, no momento da concretização, do esquema idealizado pelo governo.

Para maioria deles, os seus representantes nas brigadas de censo não receberam as credenciais da sua função. Eles têm direito de assento nas brigadas como fiscais.

À tarde, numa conferência, um conjunto destes partidos anunciou a decisão de passar a controlar em bloco o processo eleitoral. O bloco integra sete formações, em que se destacam a UNITA, FNLA, FPD, PDP-ANA e PAI. Para já, o bloco indignou-se contra a recente prisão dos membros do PADPA, do acivista cívico Raul Danda e a postura pró governamental da imprensa pública.

4.7 Desorganização leva a precoces suspeitas em torno do registo eleitoral

Ca pital...18-11-06

Líderes dos principais partidos políticos angolanos não conseguiram esconder uma forte suspeição perante o facto de o registo de cidadãos com capacidade eleitoral ter iniciado sem que os fiscais indicados estivessem devidamente credenciados. Tal como estava agendado, a primeira fase do registo eleitoral começou na passada quarta-feira, 15, devendo estender-se até ao mesmo dia de Dezembro.

O registo de cidadãos com capacidade eleitoral começou a ser feito, porém, sem a fiscalização de elementos indicados, para o efeito, pelos partidos da oposição, por estes não terem recebido atempadamente

as credenciais que deveriam ser emitidas Pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE).

As reclamações dos partidos da oposição foram apresentadas em Luanda, nas declarações públicas dos respectivos líderes. De todas as províncias do país partiram reclamações similares, com os representantes provinciais dos partidos a' queixarem-se do não credenciamento dos fiscais mesmo depois de terem sido encaminhados as suas listas a 25 de Outubro, portanto, com a devida antecedência. Esta foi, por exemplo, a reclamação do maior partido da oposição. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), através do seu secretário para a informação, Adalberto Costa, enumerou um conjunto de falhas que, sob o seu ponto de vista, lançavam suspeição sobre a tarefa que o Governo acabava de dar início. Disse, entre outras coisas, que até ao dia do arranque da primeira fase do registo apenas em quatro, das 18 províncias angolanas, os fiscais indicados pela UNITA começavam a receber as credenciais que os habilitava a fiscalizar o processo.

«Espero que tenha sido desorganização, atraso e que nunca tenham sido má fé», comentou o político manifestando uma inquietação que, não lhe sendo exclusiva, estendeu-se até às demais formações partidárias da oposição. Do Partido Liberal Democrático (PLD), a sua presidente, Anália de Vitória Pereira reclamou da falta de credenciais para os fiscais mas foi ao ponto de considerar «bastante problemático» o episódio. «Estamos aqui e ainda não temos as nossas credenciais», reclamou a líder partidária nas declarações que prestou na cerimónia que marcou o arranque do registo eleitoral. «Esperamos que haja compreensão das pessoas para as pequenas falhas que vão ocorrendo, defendeu-se, por sua vez, o ministro coordenador do processo eleitoral, Virgílio Fontes Pereira. Referindo-se, directamente, às dificuldades de entrega de credenciais aos fiscais da oposição, o ministro da Administração do Território reconheceu a ocorrência de problemas e garantiu que os mesmos seriam solucionados atempadamente, mas não se coibiu de repartir as culpas e devolver as suspeição aos partidos da oposição.

Disse o governante que algumas das listas, entregues pelos partidos da oposição, para o credenciamento dos fiscais enfermavam de vários problemas, mas ele não os conseguiu especificar, explicando apenas que «elas (as listas) não estavam em condições para credenciamento».

«Esperamos que a atitude dos partidos resulte apenas de problemas de organização e não de um propósito de criar um eventual embaraço ao próprio processo», comentou Virgílio Pereira, num ponto da sua intervenção, junto da comunicação social, em que chegou a afirmar que os partidos, pelo menos em Luanda, não levantaram as credenciais para os fiscais indicados.

No princípio da tarde, pelo menos sete, dos mais activos partidos políticos, reuniram-se numa conferência de imprensa conjunta, através da qual acusaram o Governo de estar a enveredar por «procedimentos pouco claros e perniciosos para o processo». O grupo dos sete manifestou, claramente, o seu descontentamento sobre várias questões da actualidade política nacional, curiosamente apenas horas depois do arranque formal do registo eleitoral.

De qualquer modo, manifestou-se a vontade dos partidos políticos de trabalhar para o êxito do processo eleitoral quando os respectivos líderes consideraram, em depoimentos distintos, que a fiscalização se assume como elemento intrínseco, cuja ausência conforma uma violação na legislação em vigor. Assim como, do lado governamental, ficou a garantia de que a fiscalização partidária é bem vinda: «sobretudo para a credibilização do processo», conforme atestou Virgílio Fontes Pereira.

4.8 A educação civica dos sobas

Cruzeiro do sul...18-11-06

Duzentos e 34 representantes da autoridade tradicional local, entre obas e seculos, de várias comunas e aldeias do município de r-:achiungo, 64 quilómetros a leste do Huambo, já afirmaram que desejam contribuir na educação dos cidadãos para o registo eleitoral.

Este compromisso foi manifestado durante a 11ª reunião ordinária com autoridades tradicionais e religiosas, que foi orientada pelo administrador municipal, António Kotingo.

Dísticos, cartilhas para o eleitor, manual do brigadista, camisolas e chapéus, em português e em língua nacional umbundu, continuam a ser distribuídas no rachiungo, pelas autoridades competentes.

4.9 Partidos angolanos alheio a dinamica mundial

Angolense...18-11-06

Augusto Santana começou por sublinhar que os partidos angolanos seguem um rumo Inverso ao que se assiste nos dias de hoje no mundo.

O especialista em questões eleitorais fez saber que a maior parte dos partidos políticos em Angola, incluindo o MPLA, continua a apregoar-se como sendo de massas, embora actualmente já sem a força que tinham até a queda do Comunismo e da "febre" provocada por partidos de orientação Marxista.

"Os eleitores são motivados por propostas que se reflectam positivamente nas suas vidas. Os partidos têm, portanto, uma tendência de quadros que trabalham em políticas públicas cuja aplicação melhora a vida das pessoas", justificou.

Parafrazeando Boaventura de Sousa Santos, o nosso interlocutor afirmou que os políticos devem convencer a "sociedade civil indiferente" para que consigam vencer eleições.

"Não há partido nenhum que só com os seus membros vença as eleições", acrescentou o Doutor Augusto Santana, para mais adiante, e partindo do pressuposto de que o país conta com uma população votante estimada em 7 milhões, observar que o partido com mais membros, no caso o MPLA, tem quase 2 milhões de membros, número insuficiente para a vitória que almeja. "Facilmente se percebe que precisa de mais gente para triunfar nas próximas eleições", afirmou.

Através de uma maior aposta na formação de quadros, segundo o director do EISA, os partidos angolanos deveriam mostrar que a política é um assunto mais sério do que se possam imaginar e tirá-la do descrédito em que está mergulhada. Apoiando-se numa realidade que diz estar a fazer morada em África, apontou como exemplo as várias abstenções no continente.

"A abstenção é o reflexo de que as pessoas deixaram de acreditar nos políticos, uma situação motivada pela partidocracia ou partocracia, que é o facto de muitos acharem que os partidos são monstros que lutam pelos seus próprios interesses em detrimento do benefício da sociedade", frisou.

Diante deste quadro, Augusto Santana equiparou os partidos políticos a um impedimento quando, em função das várias promessas que fazem, deveriam funcionar como um canal de resolução de problemas.

O outro tema em abordagem foi, como acima referenciado, o processo eleitoral em curso. Aqui chegados, reconheceu que muito se fez em prol desta árdua caminhada, sobretudo em relação a preparação do Registo Eleitoral, mas não deixou de mencionar que é necessário uma reflexão em torno de aspectos que podem manchar o processo, sendo um deles a falta de democracia interna nos partidos. "Tudo começa nos métodos de selecção dos seus candidatos, muitas vezes feitas por um grupo restrito de pessoas, principalmente em relação aos candidatos a deputados", demonstrou, para mais adiante salientar que esta prática dá lugar a fissuras.

Avançou, por outro lado, que este tipo de eleição seja derivado de um processo democrático, que passa por eleições primárias dentro dos próprios partidos. "Quem quiser concorrer deve submeter-se ao crivo", resumiu o director do EISA, para quem a falta de representatividade feminina constitui um outro aspecto que deve saltar para a agenda de discussão das forças políticas do país.

4.10 Minas no registo eleitoral

Apostulado...20-11-06

Na localidade das Mabubas, Província do BENGUO, o registo eleitoral Tinha início marcado para esta segunda-feira, mas havia o receio da existência de Minas em alguns lugares.

As autoridades municipais receiam ainda que este facto possa ter algum impacto sobre o registo das populações. . Pelo resto país o registo eleitoral entrou no seu quarto dia. Em todo o território já se contam milhares de angolanos com o cartão de eleitor. Nos dois primeiros dias de registo já eram contados só em Luanda mais de 11 mil registados.

Na província do Bié Pedro Sabino da comissão executiva eleitoral disse à Ecclesia local, que nos primeiros três dias foram registadas 500 pessoas. Dificuldades técnicas marcam o processo, mas mesmo assim o compromisso de melhorar mantém-se.

No Namibe, as autoridades do município da Bibala estão preocupadas com a educação cívica para o registo eleitoral. A ideia é incentivar os potenciais eleitores a obterem o seu respectivo cartão .

No Uíge, a polícia diz-se pronta para manter a ordem pública nos postos de registo eleitoral. O comando provincial criou equipas preparadas para o efeito. Algumas brigadas de registo serão instaladas nos comandos da polícia e Forças Armadas Angolanas.

4.11 Registados mais de mil e oitocentos eleitores

Apostulado...20-11-06

Mil e 888 cidadãos com capacidade eleitoral foram registados no município do Huambo, província com o mesmo nome, de quarta a sexta-feira, de acordo com o coordenador da Comissão Executiva Provincial Eleitoral (CEPE), Avelino Julay.

Os cidadãos foram cadastrados nas nove brigadas de registo eleitoral que funcionam desde quarta-feira.

Disse que o processo decorre sem problemas, tendo o número de brigadas aumentado para 18, para fazer face ao afluxo de pessoas aos postos.

O processo arrancou também no município da Caála, onde estão constituídas quatro brigadas de registo eleitoral, com seis brigadistas cada.

A província, nesta primeira fase, vai contar com 29 brigadas de registo eleitoral, faltando neste momento as quatro do município de Ekunha e outras três de Tchicala-Tchologanga, que arrancam ainda no decorrer desta semana, de acordo com Avelino Julay.

4.12 Seminário recomenda registo nas maternidades

Joenal de Angola...23-11-06

Os participantes ao seminário sobre "Simplificação de

procedimentos nas administrações municipais” recomendaram ontem ao Governo angolano, em Luanda, a criação de serviços de registo civil junto das maternidades, para documentação dos recém nascidos. A alteração da estrutura orgânica do GPL, de modo a adequá-la à actual realidade administrativa, bem como o apetrechamento das administrações com meios e equipamentos adequados, como mobiliário, computadores, faxes e Internet, é outra das principais recomendações saídas do encontro realizado pelos ministérios da Administração Pública (Mapess) e Administração do Território (MAT), em parceria com o Governo Provincial de Luanda (GPL). De acordo com o documento final do certame, urge a necessidade da construção e reabilitação de infra-estruturas básicas adequadas, como forma de dignificar a imagem e a autoridade do Estado, bem como a uniformização dos valores dos emolumentos dos serviços prestados com vista a suprimir a actual disparidade em relação aos valores cobrados para os mesmo a nível dos diversos municípios.

4.13 Mulheres actualizam conhecimento sobre eleições

Jornal de Angola...23-11-06

Cerca de 100 mulheres representantes de organizações femininas locais participaram ontem, em Benguela, numa acção de actualização de conhecimentos sobre o processo eleitoral.

Organizado pela comissão municipal eleitoral de Benguela, o encontro visou prevenir as representantes das diversas associações femininas locais sobre a importância do papel da campanha do registo eleitoral, os documentos necessários para o registo eleitoral, bem como o que o cidadão deve saber para poder votar. Em mensagem dirigida às participantes, Bernarda Paulo, directora da escola do I nível e n.º 31, disse que a sociedade deve consciencializar-se da necessidade de todos os cidadãos se registarem, pelo facto do registo eleitoral reger-se por princípios como a universalidade, actualidade, unicidade, obrigatoriedade, transparência e imparcialidade.

Acrescentou que o registo eleitoral é um acto pelo qual o cidadão adquire o estatuto de eleitor. Bernarda Paulo, para quem todo esse processo pressupõe o exercício da cultura democrática, referiu que as mulheres que representam a maioria da população angolana devem enraizar-se neste processo com dinamismo e determinação.

Durante os três primeiros dias, as quatro brigadas criadas para o efeito na província registaram um total de 1.587 cidadãos, nos municípios de Benguela, Lobito e Baía farta.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Educação com novo acervo bibliográfico

Angop...15-11-06

Vinte e cinco mil livros de várias disciplinas, como matemática, economia, saúde, negócios e história foram hoje entregues ao Ministério da Educação pela empresa petrolífera ESSO Angola em parceria com a TAAG (companhia aérea nacional). O kit, composto igualmente por livros de consulta, como dicionários e enciclopédias, são uma oferta da organização americana "Books for África". Ao receber a oferta, pelo ministério, a directora nacional para o ensino geral, Luisa Grilo, disse ser uma mais-valia para o ensino. A distribuição dos livros será feita em primeiro lugar ao Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), por estar ligada a estudantes e professores ao mesmo tempo, pois ambos têm de investigar sempre para melhor desempenharem as suas actividades. Para a responsável, os livros satisfazem as disciplinas curriculares existentes no país e vão igualmente beneficiar outras escolas do país e bibliotecas. O facto de os livros estarem em língua inglesa não preocupa a directora, por ser uma língua universal e ajudará os estudantes a melhorarem a aprendizagem da língua. Por seu turno, o director-geral da ESSO, Terry Mcphail, mostrou-se satisfeito pela parceria e acrescentou ser uma tradição da empresa apoiar a educação e os estudantes angolanos a progredirem. Estevão Costa, director dos recursos humanos da TAAG, disse que o acto demonstra o interesse pelo desenvolvimento intelectual da classe estudantil do país. Os vinte e cinco mil livros chegaram ao país, no sábado último, dia 11 de Novembro, a bordo dos cinco novos aviões da TAAG, adquiridos à Boeing. A Books for África é uma instituição sem fins lucrativos que já distribuiu, desde 1988, mais de 14 milhões de livros a crianças de cerca de sete nações africanas. A ESSO Exploration Angola opera no país desde Agosto de 1994 e possui interesses de participação em quatro blocos petrolíferos de águas profundas.

5.2 Tres novas salas de aulas

Cruzeiro do Sul...18-11-06

Quinze quilómetros a norte do Kuito, capital do Bié, foi construída uma escola de três salas de aula, da Igreja Evangélica dos Irmãos em Angola (IEIA). O edifício construído com a ajuda da população e feito de material local (adobes) com cobertura em chapas de zinco, custou sete mil e quinhentos dólares, incluindo a compra de material didáctico, patrocinado pela Organização Não Governamental americana "Rise". Na inauguração, o pastor da "IEIA" no Bié, Bernardo Kapeio, sublinhou que o gesto vai permitir que as crianças deixem de estudar ao relento, e lembrou que o projecto se enquadra na parceria entre o governo da província, igreja e a ONG "Rise", que passa pela construção de escolas nas aldeias onde não existam. De acordo com o pastor, a "IEIA" vai ainda este ano entregar três outras escolas nas aldeias de Chitete, Kalembe e Sambundo, na comuna de Trumba (Kuito). O governador do Bié, José Amaro Tati, que inaugurou a em Sajimbi, deu os parabéns à "IEIA" e apelou às demais instituições religiosas na província no sentido de seguirem o mesmo exemplo.

5.3 Recomendada promoção dos direitos da criança

Jornal de Angola...20-11-06

Os participantes ao primeiro encontro municipal da rede decidiram fortalecer a promoção dos direitos da criança, com vista a protecção e seu desenvolvimento. A decisão consta das resoluções finais do referido encontro, encerrado recentemente, em Luanda, que adoptou critérios de resolução dos problemas locais, criando projectos na base de temas relacionados com crianças bem como reforçou a problemática do registo dos petizes após o nascimento. Os participantes recomendaram maior protagonismo das Organizações Não Governamentais (ONG) e associações sediadas no município do Cazenga, no apoio às crianças afectadas e infectadas pelo HIV/Sida. O encontro, promovido pela rede de Protecção dos Direitos da Criança, teve como objectivo reflectir o conceito de política global para a criança, no quadro das acções que visam melhorar o bem estar desta camada mais vulnerável da sociedade. O evento reflectiu igualmente o papel do Estado, ONG, associações e igrejas, numa estrutura funcional da rede, dos mecanismos de coordenação e reforço de capacitação cidade, bem como a dinamização do fortalecimento do trabalho já existente. A reunião foi orientada pelo chefe do Gabinete de Estudos e Investigação da direcção provincial do INAC, Alexandre Joaquim, na presença do

administrador municipal adjunto em exercício do Cazenga, Simão Ferreira Neto

5.4 Huíla cria bolsas de estudo para os municípios

Jornal de Angola...22-11-06

Para reforçar as acções de desenvolvimento da província da Huíla, o Governo criou uma comissão inter-sectorial com a responsabilidade de gerir o processo de concessão de bolsas de estudo para os municípios, no Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango (Isced).

A iniciativa visa incentivar a deslocação de técnicos superiores para o interior da província, a fim de contribuírem no crescimento dos municípios. Segundo o porta-voz do executivo local, João Rodrigues de Castro, a estratégia deriva de uma proposta do Simprof, que se mostrou preocupado com a falta de interesse da maioria dos quadros em trabalharem em tais regiões. Durante a II reunião extraordinária do governo provincial da Huíla, que foi orientada pelo governador Ramos da Cruz, foi então decidido à criação da comissão intersectorial. A Direcção Provincial da Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia tem a responsabilidade de conduzir a mesma, no intuito da efectivação do projecto, já a partir do próximo ano lectivo, em benefício do desenvolvimento dos municípios.

Em cada ano lectivo, serão contemplados, pelo menos, três alunos, por município. Desta forma, o governo provincial pretende dotar as áreas de técnicos superiores, para superar a actual situação, que, neste momento, praticamente não dispõem de nenhum técnico superior.

O encontro, segundo Rodrigues de Castro, passou em revista as recomendações saídas da I reunião extraordinária, tendo reconhecido o grau de cumprimento das recomendações anteriores como sendo positivo. O Governo vai entretanto criar, nos próximos tempos, uma comissão multi-sectorial, para proceder a um levantamento completo das dificuldades dos municípios, por forma a se atribuir as devidas tarefas aos correspondentes actores. Farão parte da futura comissão, instituições do ramo do comércio, indústria e hotelaria, finanças, registos notariais, do Mapess e Apcil. João Rodrigues de Castro fez saber ainda que o governo da província está a estudar a possibilidade de fazer a entrega gratuita ou venda a preço simbólico de alguns estabelecimentos comerciais, nos municípios mais distantes da capital, nomeadamente Cuvango, Jamba e Chipindo. Esta iniciativa vai ser conduzida pela Direcção das Obras Públicas e Habitação, Comércio e Apcil.

5.5 Conflitos em Africa matam mais de dois milhões de crianças

Jornal de Angola...23-11-06

Mais de dois milhões de crianças morreram em conflitos armados na última década, e mais de seis milhões ficaram gravemente feridas ou afectadas por incapacidade permanente, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). As consequências das guerras para as crianças têm números assustadores. Um milhão de menores ficaram órfãos e cerca de vinte milhões tiveram que abandonar as suas famílias na última década, segundo estimativas do Unicef.

Além disso, calcula-se que minas terrestres tenham causado anualmente a morte ou a amputação de membros de entre 8 mil e 10 mil crianças no mundo. Embora em 2002 tenha entrado em vigor o estatuto do Tribunal Penal Internacional, que considera crime de guerra, o recrutamento ou a utilização de menores de 15 anos por parte de forças armadas nacionais, estas práticas persistem.

Calcula-se que cerca de 300 mil crianças-soldado lutam em mais de trinta conflitos ao redor do mundo. A ONG Coaligação para Acabar com a Utilização de Crianças-Soldado afirma que esta prática é mais comum em África e na Ásia. A República Democrática do Congo, a Libéria, o Uganda, o Rwanda, o Burundi, a Somália e o Sudão lideram a lista de países nos quais as partes em conflito recrutam crianças para o campo de batalha. Muitos menores são recrutados de forma voluntária, em consequência da falta de estruturas sociais. Em outros casos, as crianças são sequestradas e obrigadas a viver em acampamentos militares, onde exercem todo tipo de funções: são combatentes, mensageiros, portadores, cozinheiros ou até mesmo escravos sexuais.

A Coligação para Acabar com a Utilização de Crianças-Soldado ressalta também que as meninas são frequentemente esquecidas pelos programas de reinserção de menores que participam de conflitos armados de muitas regiões do mundo. Desde meados dos anos 80, o Unicef se empenhou na defesa e libertação de meninos e meninas pertencentes a forças armadas e a outros grupos combatentes. O Protocolo Opcional para a Convenção dos Direitos da Criança sobre a participação de menores em conflitos armados, ao qual haviam aderido 107 países até Junho, mostrou-se eficaz no combate a este problema.

5.6 BP do MPLA reconhece empenho dos professores

Jornal de Angola...23-11-06

O Secretariado do Bureau Político (BP) do MPLA manifestou ontem o seu reconhecimento e enalteceu os esforços envidados por todos os trabalhadores do sector de Educação, no país, na formação de quadros. Este reconhecimento está contido numa mensagem de felicitações endereçada a todos os professores por ocasião do Dia do Educador, que ontem se assinalou. "Encorajo-os a continuarem no desempenho da sua actividade, com brio e patriotismo, pela afirmação dos ideais da paz, reconciliação entre os angolanos e exercício de uma cidadania consciente", lê-se na missiva.

Neste momento de reflexão, acrescenta, o Secretariado do Bureau Político exprime as suas mais vivas felicitações e augura votos de pleno sucesso nessa difícil, mas nobre tarefa de formar as diversas gerações de angolanos.

O MPLA, sublinha, está ciente da importância dos profissionais da Educação e da sua relevância no processo de desenvolvimento do nosso país, comprometendo-se, assim, a continuar a realizar acções que visem a tomada de medidas no sentido da projecção de investimentos no domínio da formação de quadros, criação de infra-estruturas modernas, para a concretização de uma qualificada formação académica, cívica e moral dos cidadãos. No âmbito das comemorações do 22 de Novembro – dia consagrado aos profissionais da Educação, o BP saúda, em nome dos militantes e amigos do MPLA, todos os trabalhadores dessa área pelos sucessos conquistados, bem como pelos sacrifícios que têm consentido no desenvolvimento da formação dos angolanos.

5.7 Curso de Educadores Sociais regista poucas reprovações

Jornal de Angola...27-11-06

Dos sesenta e cinco estudantes tinaístas do Curso de Educadores Sociais (do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (IeRA), apenas um reprovou, por fraca dedicação aos estudos, afirmou, em Luanda, o coordenador geral de estágio desta instituição, Américo Fernando.

Segundo ele, maior parte dos estudantes, engajaram-se bastante em seis meses de estágio, nas 17 províncias, onde estavam distribuídos, com excepção da do Bengo.

"O estágio circunscreveu-se em avaliar o dinamismo e competência dos estudantes na resolução de alguns problemas sociais, em parceria com ONG nacionais e internacionais, serviços de saúde das Forças Armadas Angolanas (FAA). -Fundo de Apoio Social (FAS) bem

como certas instituições públicas do país.

Fruto desta dedicação dos estudantes e comportamento exemplar, foram escolhidos, como quadros de honra dos finalistas, dois estudantes, Filomeno Filas, com 14,7 valores e Roque António Gomes, com 14,6 valores.

Ao proferir a missa de encerramento de curso, o chanceler do ICRA e bispo Emérito da cidade de Ndalatando (província do Kwanza-Norte). Dom Pedro Scarpa disse que cada vez mais os educadores sociais devem engajar o seu trabalho, visando ajudar o próximo, que precisa de ter consciência dos seus direitos e dos seus deveres para com a sociedade

5.8 Projecto "variedades infantis" forma Crianças em artes e ofícios

Jornal de Angola...28-11-06

O centro cultural Agostinho Neto criou recentemente um projecto de formação infantil, capaz de capacitar as crianças nos domínios do teatro, artes plásticas, música, literatura, dança e nas artes e ofícios. Denominado por "Variedades Infantis", o projecto é completamente grátis e visa favorecer na educação artística dos mais novos.

Nesta fase inicial, o referido projecto envolverá igualmente uma oficina de bonecos e outros artefactos decorativos, a serem desenvolvidos por material reciclado, bem como um espaço para o fomento do gosto pela leitura, onde as crianças poderão deleitar-se ao sabor da literatura infanto-juvenil e com alguns contadores de estórias.

O projecto perspectiva ainda, mas numa fase posterior, criar ciclos regulares de exposições, programas audiovisuais de carácter educativo e recreativo, bem como desenvolver um programa de captação de crianças super dotadas, para um acompanhamento personalizado, visando deste jeito contribuir para a formação de futuros cientistas, nas distintas áreas do saber.

Um dos pontos assentes deste projecto é o de que todas as crianças a serem envolvidas nele aprenderão o essencial sobre a "Vida e obra de Agostinho Neto" e posteriormente sobre outros heróis angolanos, para além de outras curiosidades sobre a história de Angola. Este factor, segundo o director do centro, Amarildo da Conceição, incentivará as crianças a cultivarem a semente do Patriotismo e a replicarem as informações recebidas, nos respectivos ciclos de amigos e nas escolas.

Contudo, Amarildo da Conceição, adiantou que há necessidade de um maior apoio financeiro por parte do estado para a execução destes projectos. "Porém, não obstante esta ajuda, é importante que a sociedade retenha e reaja as nossas propostas, promovendo a

nossa continuidade e sustentabilidade, prestando-nos amparo financeiro, material e moral", disse. Amarildo da Conceição acrescentou ainda que será indispensável o contributo de todos, "de maneira a que possamos, cada vez mais, dignificar o nome e o sonho de Agostinho Neto, fundamentado na construção de uma nação com fortes alicerces culturais e inserir mais as crianças nas tarefas da reconstrução nacional, através da promoção cultural, social e científica". De salientar que o Centro Cultural Agostinho Neto iniciou uma nova página, desde Setembro do presente ano, com a entrada em funcionamento da sua nova Direcção, estando a adoptar gradualmente uma atitude mais interventiva, no domínio sócio-cultural. Esta instituição preconiza igualmente assumir-se cada vez mais, como um instrumento de preservação e divulgação da obra do Poeta-Maior, reservando principalmente às novas gerações, os ensinamentos desta incontornável figura da história moderna da República de Angola, através dos novos projectos que carrega na sua bagagem.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Novo cartão postal da kianda arranca na próxima terça-feira

Semanário Angolense...04-11-06

Três anos, sessenta e sete meses e duas semanas após o lançamento público do projecto Baía de Luanda, Sebastião Napoleão, o soba grande da ilha do Cabo, berço dos pescadores da Kianda, exorcizará, na próxima terça-feira, os demónios do lixo e das águas pútridas que a conspurcam e ajudará a enterrar o caos em que está mergulhado o trânsito na avenida 4 de Fevereiro, assinalando o arranque das obras destinadas a sua requalificação e reordenamento urbano.

Com a «paciência de chinês», os promotores deste ousado empreendimento, liderado por José Récio, esperaram três anos para reunir e preparar todos os condimentos do «muzongué». Agora, com o apetite aguçado, os habitantes de Luanda, «atropelados» pelo desordenamento e congestionamento rodoviário da marginal, vão apreciar, a partir da próxima semana e ao longo de outros tantos anos, a magnitude da engenharia de uma obra que em 2009 vai apresentar aquela zona de cara lavada, empregando cerca de 3 mil postos de trabalho directos e indirectos.

Com um investimento global de 135 milhões de dólares, dos quais foram já empregues 20 milhões de dólares, sem quaisquer encargos para o Estado, o projecto Baía de Luanda transformará a marginal no Cartão Postal da cidade, com um novo desenho urbano e paisagístico e converter-se-á numa mola atractiva para novos e significativos investimentos para o seu crescimento e modernização.

«Como no negócio do petróleo, o Estado concede ao operador do projecto o direito de exploração e, este, em contrapartida, não só dá uma nova vida aos terrenos que lhe foram atribuídos como ainda é obrigado a pagar um bónus preliminar, que, neste caso, é a requalificação da marginal», explicou ao Semanário Angolense um alto funcionário do Ministério do Urbanismo e Obras Públicas. Com a bênção dos ilhéus, o sorriso dos pescadores e o sossego da Kianda, dar-se-á finalmente início ao desassoreamento e a despoluição da baía de Luanda através da dragagem dos canais contaminados com sedimentos anóxicos e a instalação de um aterro diante do largo.

Com a requalificação da marginal, será colocado um novo traçado, com um pavimento asfaltado e

dimensionado para um ciclo de 20 anos, que comportará um total de seis faixas de rodagem e passadeiras pedonais nos principais cruzamentos. Destinada a assegurar a ampliação da capacidade rodoviária em toda a extensão, o projecto prevê ainda a colocação de semáforos nos cruzamentos e a criação de estacionamento com capacidade para 1.600 viaturas.

O acesso à ilha beneficiará de maior fluidez do trânsito com a construção de uma ponte sobre o nó da Fortaleza com três faixas em cada um dos sentidos. Os materiais em boas condições resultantes da dragagem serão recuperados e utilizados no aterro para alargamento da marginal, permitindo desta forma melhorar as infra-estruturas da avenida 4 de Fevereiro e criar novos espaços públicos. Com as condições ambientais da baía em estado crítico e a desencorajar a pesca e a actividade balnear, o canal dragado será utilizado como via navegável e os resíduos removidos, de acordo com as normas internacionais a que está sujeito o projecto, serão depositados em alto mar a aproximadamente 20 quilómetros de distância da costa.

O consumo de energia dos novos equipamentos a instalar na marginal vão requerer um acréscimo de 500 KVA e na iluminação da via principal será utilizadas lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão montadas em postos de aço com 15 metros de altura. As obras não terão qualquer interferência no fluxo de trânsito actual e incluem a recuperação e modernização dos sistemas de separadores de águas pluviais e drenagem de águas residuais.

Trata-se do primeiro passo para a criação de redes de esgoto separativos para impedir em definitivo o lançamento de águas residuais sobre a baía. Entre a marginal e a frente marítima serão criados espaços públicos de lazer polivalentes, plantadas palmeiras, árvores de diversas espécies nativas, arbustos e plantas decorativas. Uma área para a promoção de comércio, a eventual instalação de espia nadas e 42 mil m² de passeios pavimentados para permitir um trânsito pedonal desafogado estão igualmente contemplados neste gigantesco projecto. A fase final da obra pública que a Luanda Water Front se propõe realizar, abarcará a reparação e pintura das fachadas dos edifícios da marginal. Dentro de três anos, assegurada maior protecção da saúde pública, melhor preservação do meio ambiente, garantida a prevenção contra enchentes em épocas das chuvas e superior qualidade e circulação das águas, iniciar-se-á a segunda e derradeira etapa do projecto Baía.

6.2 Lixo cancerígeno serve

Cruzeiro do Sul...04-11-06

O uso de inertes por parte da população passa, as vezes, por incultura tahto das autoridades como de

próprios populares, a falta de políticas para gestão do lixo ainda é bastante ínfima, ou seja, as sobras sólidas, líquidas ou gasosas, ainda não são utilizados de forma racional e que podem causar graves problemas no Ecossistema e a inoperância de uma indústria de reciclagem atira tudo por água abaixo.

Enquanto se aguarda que o Governo massifique o nosso problema habitacional, fazemos o uso do material que está ao alcance para a construção de casas. Foi com estas palavras que Evaristo Tchikolomwenho, antigo combatente, começou por justificar o uso de inertes produzidos por bnpresas locais Numa altura em que o governo pensa na recqonstrução nacional, populares imrentaram a moda deles, isto é, o uso de material que lhes der para construir ou proteger sua residências, ao que se diz "quem não tem cão caça com gato".

De acordo com o antigo combatente, "é hora de cada um se virar, enquanto o governo não acaba de construir casas para nós o material que temos ao nosso alcance pode servir". Tchikolomwenho usa amianto, como aterro para nivelar o terreno antes de erguer a casa e em certos buracos que se encontram na sua residência. Tchikolomwenho explicou ao CS como usa aquele material "Os terrenos onde estamos a construir não estão nivelados para tal colocamos no fundo o amianto como base e por cima colocamos argila ou outro tipo de rocha. Questionado de como adquire tal produto o nosso interlocutor disse tem tirado nas lixeiras. "Com o carro de mão tiramos o material depois do controlo, usamos isso por falta de dinheiro".

Outras fontes confessaram· ao CS que os populares compram o lixo aos motoristas que o transportam para o depósito referido. Carlos Bernardo, director Administrativo da empresa Lusalite e Prodente de Angola disse ao CS que os detritos produzidos pela empresa são depositados em local próprio, isto é, depois do controlo policial, na estrada Benguela-Cubal, ao lado esquerdo. No seu dizer o uso por parte da população daquele resíduo é do inteiro desconhecimento da sua empresa. Para ele a produção diária não ultrapassa cinco toneladas "isto varia muito, se o material estiver molhado ou seco, se tiver seco o peso é insignificante por ser bastante leve, e se tiver molhado pesa mais, mas a produção não ultrapassa as cinco toneladas, (não chega um camião)", enfatizou.

Fernando Metusal, Delegado da Juventude Ecológica de Angola, disse ao CS que quando os resíduos, tanto industriais como domésticos se não tiverem tratamento ideal podem causar graves problemas à população e ao próprio ecossistema a médio e longo prazos. "Os lixos tóxicos por exemplo acarretam graves consequências para os humanos", explicou. Para aquele ambientalista, esse tipo de lixo no nosso país não tem tido tratamento ideal, "não há indústrias de reciclagem e esses resíduos

são colocados em locais impróprios e a população inocente aproveita-os para outros fins", disse.

Fernando Metusal a semelhança doutros países os despejos devem ser tratados na base de políticas de 4R - Reciclagem, Reutilização, Reparação e Reduzir.

6.3 Novo "cartão postal" da capital nasce na Marginal

Jornal de Angola...14-11-06

Pedra sobre pedra, iniciaram-se as obras de construção da nova Baía de Luanda. Até 2010, a Marginal terá uma imagem diferente, agradável, despoluída e com um ambiente renovado que revitalizará o seu "ex-libris" natural. Os mentores e os executantes do empreendimento já o baptizaram como "o cartão de visita" das terras da Kianda.

Sinais de que o trabalho já começou estão na zona do Porto Comercial de Luanda. Máquinas foram colocadas na Baía, junto ao Porto de Luanda, e estão a fechar o mar com bastante areia. Quem lá for, constará que uma porção do mar já está coberta. Especulou-se que se pretendia fechar a Baía e se criar mais vias para se chegar ao fundo da Ilha. Mas nada disso.

Na zona onde começaram as obras estavam ontem de manhã mais de vinte jovens. Parecia que lá estavam para contemplar os trabalhos mas afinal de contas nao, procuram emprego.

Luís Alfredo, 38 anos, Segunda Quissongo, 36, José Alexandre, 32, Samuel Cheque, 30, e Edmundo Bula 28, todos desempregados e a aguardarem por uma oportunidade. Foram militares.

A obra de construção civil designa-se "Projecto Baía de Luanda" e vai criar directa e indirectamente cerca de 3.000 empregos, logo nasce uma luz no fundo do túnel para a vida destes concidadãos que dizem pretender melhorar a sua condição social.

Afinal o que é o projecto? Junto ao Comando Geral da Polícia está um edifício pré-fabricado, do lado do posto de revenda de combustíveis, e lá estão duas jovens simpáticas para prestar toda a informação sobre a obra, cuja execução está avaliada em 135 milhões de dólares.

Raquel Delgado convidou-nos para ver o filme do projecto num plasma com mais de 30 polegadas. A seguir, foi a explicação a partir da exposição de desenhos fotografados, gigantes. As dragas começaram a fechar o mar na zona do Porto, a 7 de Novembro, com trabalhos de desassoreamento e a despoluição, dando assim o pontapé de saída de projecto que vai requalificar e reordenar urbanisticamente a zona da Marginal, permitindo, alargamento desta para seis faixas de rodagem.

O objectivo é criar a ligação singular entre a Baía, a cidade e os seus habitantes, segundo informação elaborada através do Posto de Informação do Projecto.

Consta do documento que, na Baía, será levada a cabo

uma limpeza ambiental e a dragagem de canais que contribuirão para combater o assoreamento e a poluição das suas águas. Com a recuperação de terra ao mar e o alargamento da Marginal, serão criados novos espaços públicos e beneficiadas todas as infra-estruturas na Avenida 4 de Fevereiro.

O contrato de investimento inclui ainda a gestão de manutenção de todas as novas infra-estruturas por um período de cinco anos, passível de renovação. O projecto incide também sobre a Baía de Luanda e a zona da Marginal, exercendo um impacto positivo sobre toda a área da Baixa de Luanda, de acordo com as conclusões do estudo de impacto ambiental.

Este estudo, analisado pelos técnicos competentes, refere o documento, foi submetido à consulta pública após o licenciamento pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente. Com elevada preocupação social, o mesmo não implicará qualquer tipo de desalojamento de famílias em toda a área de incidência da obra pública.

6.4 Fazendeiros ocupam os Gambos sem conhecimento da administração

Apostulado...17-11-06

Na Huíla, volta a polémica sobre a ocupação de terras na região dos Gambos. Os Fazendeiros são acusados de se terem apropriado de extensas parcelas de terra sem dar qualquer satisfação à Administração dos Município dos Gambos.

O incumprimento da lei, a ocupação de terras a literal invasão do parque do Bicuar, são as principais preocupações do Administrador Municipal dos Gambos, Aurélio Cabral.

O Administrador põe de parte a sua proveniência política da Unita, como a causa para o actual estado de coisas no Município.

O Administrador local denuncia o que considera de atropelos de que tem sido vítima a Administração que dirige.

«O fazendeiro já diz que falou com o senhor Ministro, falou com o senhor Governador e com o director da Agricultura e que já não tem nada a ver com o Administrador dos Gambos, acho que ele não sabe o que é um Administrador nesta altura, porque se ele soubesse não teria dito isto».

O Município dos Gambos situado a 180 quilómetros a Sul do Lubango desperta muitos interesses de entidades ligadas à vida empresarial e até de governantes, devido ao seu potencial no sector agro-pecuário. Contudo, a fixação em peso de individualidades de elevado poder económico e político está também a enfraquecer o poder da Administração do Município.

6.5 O respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais

A capital...18-11-06

Problema da Compatibilização entre o Princípio da Propriedade dos Recursos Naturais pelo Estado e o Princípio do Respeito pelos Direitos Fundiários das Comunidades Rurais

Interessar realçar que os princípios consagrados no artigo 4.º da Lei de Terras, têm a função de delimitar o âmbito do tratamento jurídico que a Lei de Terras vai dar às terras, através dos seus artigos. Aliás, não é por acaso que na sistematização da Lei de Terras, os princípios ocupam os primeiros artigos, exactamente para que o intérprete conheça os limites que estão sujeitas as matérias que serão tratadas.

O artigo 4.º, alínea D, da Lei de Terras, consagra o princípio da propriedade dos recursos naturais pelo Estado, significando com isto que a constituição de qualquer direito fundiário sobre os terrenos concedíveis do Estado, não implica a transmissão ou titularidade dos recursos naturais existentes, quer no solo, quer no subsolo.

Esta disposição é uma extensão do artigo 12.º n-01 da Lei Constitucional que diz que "Todos os recursos naturais existentes no solo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva, são propriedade do Estado que determina as condições do seu aproveitamento, utilização e exploração".

Por outro lado, não é permitido a constituição de qualquer direito por acessão, significando com isto que se do terreno concedido vier a se juntar qualquer recurso natural movido por qualquer força da natureza, vejamos, ventos, chuvas, erosões, vulcões, etc., o titular do direito sobre o terreno não adquire qualquer direito sobre estes recursos. Isto decorre do n-04 do artigo 10.º da Lei de Terras:

"A transmissão do direito de propriedade ou a constituição de direitos fundiários limitados sobre terrenos do domínio privado do Estado, ao abrigo do disposto na presente lei, não implica a aquisição, por acessão ou por outro modo de aquisição, de qualquer direito sobre outros recursos naturais".

A alínea e) do artigo 4.º da Lei de Terras, consagra o princípio do respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais, sendo o artigo 9.º da mesma lei, aquele que procurou ser mais expressivo quanto ao conteúdo desta tutela.

Este princípio significa que no processo de concessão de terrenos é necessário acautelar conflitos que poderão derivar do choque entre o terreno concedido e os direitos que as comunidades rurais eventualmente tenham sobre o mesmo. E aqui, a menção aos direitos fundiários das comunidades rurais é abrangente a todas

as formas de gestão das terras por parte delas. Estes dois princípios encontram uma linha de divergência quando em concreto constataremos que para muitas comunidades rurais, todos os recursos naturais são pertença delas, herdados dos seus antepassados, por via do costume. Significa com isto que para elas não existe nenhum limite ao acesso e exploração dos recursos naturais.

Na Chibemba, município da Huíla, o granito é explorado por empresas licenciadas por instituições do Estado. A exploração deste granito causa um desconforto muito grande aos pastores daquela região porque, segundo eles, aquelas pedras representam o reinado dos seus antepassados, e a sua exploração significa a rotura entre os seus ancestrais e os caçadores da região, e, acima de tudo, têm a obrigação de tudo fazer para que o granito não seja explorado.

Parece que estamos perante um caso concreto do problema da compatibilização entre os dois princípios em análise.

Quais as explicações que podemos dar perante esta aparente incompatibilidade entre os princípios em análise?

1. O legislador da Lei de Terras falou dos recursos naturais na perspectiva de princípio, traçando apenas um regime geral entre a concessão e reconhecimentos de direitos sobre a terra e a propriedade dos recursos naturais pelo Estado.

2. O legislador da Lei de Terras não teve a tarefa de traçar o regime jurídico dos recursos naturais, mas sim o regime jurídico da terra propriedade originária do Estado integrada no seu domínio privado.

3. O regime jurídico de cada recurso natural é encontrado em legislação específica, sendo nestas onde encontraremos o tratamento jurídico da compatibilização entre a propriedade dos recursos naturais pelas comunidades rurais e o Estado.

4. A Lei n-º9/04 de 9 de Novembro, trata da terra enquanto elemento que suporta outros recursos naturais, quer no solo quer no subsolo, sem no entanto se preocupar especificamente com o regime de cada um destes recursos, entendendo com isto que há uma remissão para o regime jurídico de cada um dos recursos, como é o caso do artigo 30-º da Lei de Terras.

5. Ainda que resultasse qualquer incompatibilidade, atendendo que a matriz caracterizadora da gestão dos recursos naturais pelas comunidades rurais é o costume, recorreríamos às considerações feitas em relação ao costume enquanto elemento limitado pelo direito, o que resultaria no afastamento deste último por ser contra a lei.

Face a isto, como podemos encarar a questão?

1. Devemos partir da regra, constante do artigo 12 n-º1 da Lei Constitucional: "Todos os recursos naturais

existentes no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva, são propriedade do Estado que determina as condições do seu aproveitamento, utilização e exploração".

Assim, as florestas, as águas, os peixes e todas espécies marinhas, entre outros, são propriedade do Estado. É necessário percebermos que estes bens são recursos naturais enquanto não autonomizados. O peixe quando capturado, a água fora do seu leito, já não são recursos naturais.

2. O Princípio do respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais é uma verdadeira excepção ao princípio da propriedade dos recursos naturais pelo Estado. Ora, sempre que a excepção apresentar qualquer dificuldade de aplicação, segue-se a regra. Esta dificuldade de aplicação da excepção, pode resultar da não harmonização entre a necessidade de aproveitar os recursos naturais pelo Estado e o respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais, que podem estar enraizados no costume.

3. É na legislação específica de cada recurso natural que vamos encontrar a resposta ao espaço reservado para as comunidades rurais, enquanto sujeitos susceptíveis de direitos sobre os mesmos.

6.6 Estrangeiros na própria terra

A capital...25-12-06

Os dizeres promocionais do complexo habitacional de luxo Bela Vista, inaugurado em Agosto último, são bastante elucidativos para quem passa pela Estrada do Benfica, no Morro dos Veados, ao lado do Campo de Golfe.

Nela se pode ler que viver bem, antes mesmo de um privilégio, é, acima de tudo, um direito. A verdade, reforça a publicidade daquele projecto habitacional, é que todos têm o direito ao conforto, tranquilidade e segurança, mas tal desiderato parece não estar ao alcance de todos. É verdade.

Mas na entrevista que concedeu a este jornal, o arquitecto António Gameiro alertava para esta perigosa realidade, ou seja, que não seriam os condomínios, em nenhum momento, a resolver o problema habitacional com que se confronta o grosso da população angolana. Um conhecido jornalista angolano, cujo nome omitimos, por razões óbvias, afirmava a certa altura que não há, em momento algum, interesse do Governo de Angola em resolver o problema habitacional da sua população.

Nas suas análises, o jornalista socorria-se, por exemplo, das últimas políticas governamentais, que mais estão para exclusão social do que propriamente uma vontade dos governantes deste país se reconciliar com os seus

governados.

Muitos poderão não se aperceber, mas cada vez mais os angolanos têm sido atirados para lugares cada vez mais distantes, sem condições para a habitabilidade humana, porque sem energia, nem água, de precário saneamento básico.

Mesmos os que ainda vão ficando por esta Luanda maltrapilha e repleta de ramela, acabam por estar detrás do betão armado das grandes construções habitacionais. Grande parte da população continua a ser empurrada para o «quinto dos infernos», em casas que só por uma unha negra não desabam, já que são erguidas de forma apressada por uma escória de chineses que em pouco tempo já apreendeu as malandricas de quem os contratou.

Na verdade, os angolanos estão completamente feitos estrangeiros na sua própria terra. Sem casa, porque desprovido de capital financeiro para comprar uma casa nas «talatonas» ou nas «novas vidas», porque custam cá uma fortuna, não espanta nada que um dia desses tenhamos mais angolanos debaixo da ponte do que em casas condignas que o Governo sempre promete naqueles discursos de atirar areia nos olhos do povo.

Aliás, quantos serão os angolanos com o bolso capaz de suportar os altos custos desses projectos imobiliários? Só para se ter uma ideia, a venda de uma moradia do tipo T3, no Luanda Sul, no Bairro Talatona, com espaço de estacionamento privado para duas viaturas, com uma suite, dois quartos, duas casas de banho, sala de jantar, sala de estar, cozinha e copa, lavabo social, casa de banho exterior, chega a custar, imagine, nada modestos 495,000.00 dólares. Isto para não falar dos demais tipos de moradias existentes.

Mesmo que em prestações, quantos angolanos terão capacidade para suportar tamanhos preços. Poucos, muito poucos mesmo.

Estamos ou não diante de lento, mas perigoso processo de exclusão social? Não foi, afinal, em vão que o tal jornalista de que falei tenha a dado momento da conversa pensado em disparar contra si um tiro certo que o levasse para o outro lado, para não continuar a presenciar a pouca-vergonha e o «crime» por que pas-sam os angolanos. Mas, afinal, o que se pode então fazer, quando se tem um Governo que se parece mais distantes do povo que diz governar.

6.7 Mais um projecto integrado

Cruzeiro do sul...25-11-06

O Governo angolano vai investir a partir e 2007 perto de 436 milhões de dólares em projectos económicos e de impacto social para os três municípios do litoral da província.

O projectos arrancam no primeiro trimestre do referido ano e contempla trabalhos de drenagem das águas

pluviais e residuais e uma nova pavimentação das ruas.

O projecto compreende cinco fases e terá uma duração de nove anos sob responsabilidade da Construtora Odebrecht e fiscalização da Dar-Al-Handasah.

O financiamento é do Banco de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil - BNDES.

As autoridades de Benguela acreditam que o projecto venha a beneficiar mais de um milhões e 700 mil habitantes de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, como continuidade dos Projectos de Aguas e Rios de Benguela. O primeiro efeito do projecto é combater os focos da malária, responsável número um da mortalidade em Benguela e criar um cenário urbano e paisagístico digno à região.

Neste momento a Odebrecht está a concluir o projecto ETACatumbela avaliado em 80 milhões de dólares e vai renovar a rede de distribuição de água num investimento calculado em 70 milhões de Usd.

Também está em execução o projecto Rios de Benguela que visa desassorear os rios Cavaco, Catumbela e Coporolo, responsáveis pelas inundações dos respectivos perímetros agrícolas na época chuvosa.

6.8 Moradores convivem com engenhos explosivos

Angolense...25-11-06

No início do ano de 1990, o número de bairros na cidade de Luanda era diminuto, o que não se pode dizer nos dias de hoje. Com a intensificação do conflito armado que assolou o país, foram surgindo vários bairros nos arredores da cidade, uns em áreas reservadas e outros em unidades militares, associando-se a isso a falta de projectos habitacionais de baixa renda. Foi assim que surgiu o bairro do Paiol, na zona do campo militar do Grafamil. Nessa zona os moradores, mulheres, crianças e velhos convivem com os engenhos explosivos.

O bairro situa-se por detrás da famosa zona dos quartéis do Grafamil, a noroeste do município do Kilamba Kíaxi.

Sem medirem as consequências, os populares invadiram o local onde, até então, era armazenado o armamento das Forças Armadas Angolanas (FAA). Essa zona sempre se chamou "Paiol", mas o bairro propriamente dito surgiu nos finais de 2001.

O perigo é eminente. Os habitantes do Paiol correm sérios riscos, aguardam pela morte, porque a qualquer momento a tragédia pode acontecer.

Para os que têm de confeccionar os alimentos com carvão, o perigo é maior porque junto a um fogareiro pode estar uma bala mortífera. O método adoptado é pôr o fogareiro por cima de quatro blocos para se evitem desastres.

É visível a céu aberto munições uma realidade crítica

para os que não têm alternativa de viver num outro ponto da cidade, como é o caso de Adão Francisco. Reside nesse bairro desde o ano de 2001, integrantes das antigas FAPLA, inicialmente depois de ter saído do exército Francisco começou por viver em casa de um irmão. Com o andar do tempo teve problemas com a cunhada. Para evitar conflitos decidiu sair de casa e ocupou uma parcela no bairro do "Paiol" onde construiu uma pequena residência. "Se tivesse possibilidade de construir num outro sítio já teria saído, porque correm-se muitos riscos ", disse. É voz corrente nesse bairro já deflagraram vários engenhos explosivos e a consequente perda de vidas humanas, particularmente crianças. Recentemente uma criança de 13 anos perdeu a vida

na sequência de um ferimento se a cabeça provocado por uma bala que estava no solo. Engrácia Mateus, outra moradora do bairro rende graças a Deus por não ter ocorrido uma tragédia com a sua família, a protecção dos petizes é um quebra-cabeças porque quando menos se espera as mesmas, podem estar a brincar com um engenho explosivo. "Há dois meses que não acontecem explosões, as mães estão constantemente a aconselhar as crianças a não brincarem com objectos estranhos", explicou.

Alguns moradores são responsáveis pelos casos que ocorrem no bairro, pois, põem fogo em qualquer lugar o que resulta em rebentamento de explosivos.

O "Paiol" é habitado maioritariamente por cidadãos deslocados das províncias do Kwanza-Norte, Malange, Huambo e por militares das FAPLA. Damião Jorge é um dos muitos militares que lutou nas várias frentes de combate de armas em mão. "Não tínhamos outra solução, senão construir as nossas residências aqui", contou.

Caso a transferência venha a acontecer, como presumem os moradores, o Governo poderá os atribuir-lhes novas casas e não tendas.

"Queremos que o Governo nos conceda casas, porque de contrário preferimos morrer aqui", disse em defesa dos demais moradores o "coronel Damião" como é também conhecido.

O local, apesar dos riscos, continua a receber novos inquilinos a fazer fé nas obras que estão a ser feitas ao redor do mesmo.

"Paiol" é um bairro pobre onde os principais serviços básicos são inexistentes. Não há energia eléctrica, água potável e quanto aos serviços de saúde, recorrem ao município do Kilamba Kiaxi.

Convidada a pronunciar-se sobre os factos narrados, uma fonte da administração municipal do Kilamba Kiaxi afirmou não haver ainda um plano para se desalojar os populares daquela zona.

Disse ainda desconhecer o envolvimento de fiscais na venda de terrenos naquela área.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Cólera - o regresso

Semanario Angolense...04-11-06

O comportamento da cólera, em Angola, parece depender mais dos caprichos da natureza que da acção do governo. Ou seja, o governo tem-se mostrado completamente incapaz de eliminar este mal. Reconhecida em 13 de Fevereiro, a epidemia de cólera que se alastrou à praticamente todas as províncias, tinha feito até Outubro 2388 mortes, ou seja 265,3 mortes em cada mês, o que significa que todos os dias morrem 9 pessoas. Estes são os dados oficiais, os controlados pelo Ministério da Saúde, o que significa que estão por se saber os números das vítimas das localidades em que este controle não se faz sentir. Seja como for, o Minsa diz que 57 mil angolanos viram-se, nestes nove meses, a esvaír-se em diarreias pelos hospitais, centros de saúde e aldeias da cólera espalhados pelo país.

Nesta última semana as províncias do Bengo e da Huila surgiram nos noticiários como tendo registado números preocupantes no crescimento da cólera. No Bengo a comuna de Kikabo, no município do Dande registava, no passado dia 30 de Outubro, 90 casos de cólera com 21 mortos. Na Huila o total dava 770 casos e 105 mortos, o que levou ao lançamento de diversas acções de prevenção e combate à epidemia em que se empenharam o MINSA, o governo Provincial, a OMS, a Cruz Vermelha e diversas outras instituições.

O Kuando Kubango, o Uíge e Luanda, são outras das províncias em que se registaram mortes pela cólera na última semana. O retorno das chuvas é visto como a principal causa deste novo alastramento da doença, o que significa que não foram eliminadas as condições para o desenvolvimento do vibrião.

No Kunene as atenções estão viradas para o município da Kahama, onde o médico cubano Guilherme Pedroso Romeu, se mostra preocupado face a forte propagação da cólera naquelas paragens. De acordo com o médica, os primeiros nove casos começaram a ser registados no dia 30 de Setembro. Até ao dia dez de Outubro tinham sido registados 30 casos dos quais seis resultaram em óbito. No dia 17 de Outubro o número de casos cresceu para 78.

Guilherme Pedroso Romeu, apontou a água como a principal origem deste mal, para ele, por falta de furos, as populações são obrigadas a consumir água imprópria do Rio Kakulovele. José Lopes, um jovem de 25 anos de idade, é o responsável do bairro Umpupa, um pequeno aglomerado tido pelas autoridades sanitárias como o foco da cólera no município, defende a

abertura de mais furos de água por formas a sanar esta situação. «Se o nosso Governo não abrir mais furo, a população vai acabar toda de parar no hospital»

O Rio Kukulovele está localizado num pequeno vale entre os bairros Kahama e Umpupa. Geralmente, quando chove, as águas correm ao encontro daquele pequeno caudal, arrastando consigo todo o tipo de resíduos.

Na tentativa de obter mais dados sobre a situação da cólera no país, o Semanário Angolense, procurou falar, ao longo desta semana, por diversas vezes, com a Dra. Adelaide Carvalho, Directora Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde, sem efeito.

A COMPANHIA DA MORTE

Embora esteja a caminhar perigosamente para a cifra das 3 mil mortes, a cólera, cujo manto cobre o país, não é o único perigo pronto a agigantar-se com o recomeço das chuvas. A malária, o sarampo e a tuberculose são as outras doenças que têm ceifado vidas ante a perturbadora aparência de incapacidade, por parte das autoridades, de fazerlhes frente.

Embora o ministério da Saúde o não tenha, ainda, declarado como epidemia, o sarampo tem vindo a alastrar-se nos últimos meses tendo provocado já dezenas de vítimas mortais nas províncias do Bié, Kuando Kubango e Moxico. Fontes deste jornal indicam que nas províncias do Huambo e Malange têm-se registado igualmente um crescendo nos casos de sarampo. A malária, como é sabido, regista altas de mortalidade na época das chuvas.

7.2 Moradores do predio I Herastel rejeitam casas no Zango

Semanario Angolense...04-11-06

Os queixosos já previam esta remoção, mas não desconfiaram que seria um problema. Habitados, há mais de 20 anos na cidade, poderão viver agora nos confins de Luanda, onde basicamente falta tudo

Moradores do prédio denominado I Herastel, localizado no bairro Nelito Soares, rua B3, rejeitaram, esta semana, as casas, situadas no Zango, que lhes foram dadas na sequência de o edifício onde actualmente vivem estar em avançado estado de degradação e de ter já desabado parcialmente.

Segundo o coordenador da comissão de moradores do imóvel identificado apenas por Netinho, a zona onde se pretende fazer a transferência carece de tudo um pouco, ou seja, não possui energia eléctrica, água potável, escolas nem posto médico, para além de as próprias residências não estarem acabadas.

"Aquilo não são casas! Não têmjanelas nem portas. Quer dizer, aquilo é obra inacabada. E, o pior é que querem nos atirar mesmo lá no fundo do Zango, onde

não há luz, água nem escolas ou posto médico. Por isso, não aceitámos ficar aí", disparou Netinho, acrescentado que os mais de 20 anos de vivência na cidade deveriam ser considerados e que no mínimo o governo provincial de Luanda (GPL) criasse condições básicas naquela zona.

Welizmente, o feriado de quinta-feira, 2, em memória aos finados impossibilitou-nos o contacto com a administração municipal do Rangel, já que ficámos por cima desta informação no período da noite do rua antes.

O I Herastel desmoronou-se, sem fazer qualquer vítima mortal, há quase um ano, por não beneficiar de manutenção. Com 40 anos de existência, o bloco, de origem sul-africana, possui quatro andares e tem 12 apartamentos, o que corresponde ao mesmo número de farrulias.

O drama que aqueles angolanos estão a passar dispensa palavras. As escadas são de ferro e encontram-se remendadas. As paredes dos apartamentos laqueiam e nelas as pessoas não podem encostar. Todos os outros edifícios do mesmo tipo naquela área também estão na eminência de se desmoronarem.

Embora os moradores tivessem alertado cedo, antes mesmo do desabamento, o executivo de Job Capapinha e a direcção nacional da Habitação não se preveniram, ou seja, nada fizeram para evitar o pior. Durante quatro anos, contaram os lesados, avançavam apenas que o assunto está nas mãos do vice-governador para Área Técnica, Bento Soito, mas hoje a solução é aí no fundo de Luanda.

Não se sabe ao certo o que será do edifício, mas os actuais inquilinos receiam que o espaço seja vendido e transformado num bem de utilidade privada. Sobre este assunto, o coordenador Netinho desconfia "que haja já alguém que queira comprar o espaço e ali construir um prédio de escritórios".

Entretanto, são várias as famílias que vivem em zonas consideradas de risco que recusam transferência para o Zango. Alguns moradores da Boavista, por exemplo, recusaram-se, há dois meses, a viver naquele bairro pelos mesmos motivos, falta de condições básicas.

7.3 EPAL rubrica acordo para melhoria da rede

Independente...04-11-06

A Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL) assinou esta semana um acordo com a empresa brasileira "Copasa", com vista o melhoramento na rede de abastecimento de água à cidade capital

A "copasa", empresa, brasileira de abastecimento de água e tratamento de esgotos de Minas Gerais, já garantiu que vai fornecer tecnologia à EPAL, na sequência do acordo rubricado. A cooperação entre as

duas estatais inclui ainda a transferência de tecnologia nas áreas de engenharia, obras e operação do sistema de abastecimento de água. O acordo inclui igualmente a elaboração conjunta de projectos de desenvolvimento nas áreas administrativa, de transporte, recursos humanos, planeamento, comercial, financeira, informática e meio ambiente. Por seu turno, o secretário de Gestão de Minas Gerais, António Augusto Anastasia, citado por um comunicado, manifestou o seu orgulho pelo facto de ter assinado o primeiro acordo internacional de cooperação técnica. O presidente da EPAL, António Rodrigues, disse que "a cooperação do Brasil e da Copasa é o melhor caminho para resolver rapidamente os graves problemas de saneamento de Luanda". O presidente da "Copasa".

Márcio Nunes, informou que o ministro da Energia e Aguas de Angola fará uma visita ao Governo de Minas Gerais,

até ao final de Novembro, para "abrir novas perspectivas de negócio" entre as duas empresas. Criada em 1974.

a "Copasa" é responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto em Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil. o segundo estado mais rico e populoso do Brasil, com cerca de 18 milhões de habitantes.

7.4 Habitantes do Kionbe clamam por água potável

Independente...04-11-06

Duzentas e 50 famílias da aldeia de Kionbe, no município da Cela, no Kwanza Sul, enfrentam problemas de falta de água potável e como consequência aumentam as epidemias na região.

Para acudir a situação, a Associação Cristã da Mocidade (ACM) regional do Kwanza-sul está a investir, desde o mês de Outubro, na água e no saneamento, através de um micro projecto de reabilitação do sistema de captação de água para a aldeia de Kionbe. Segundo uma nota de imprensa, a ACM visa com esta acção melhorar o acesso em quantidade e qualidade de água a 616 pessoas, num projecto que conta com o financiamento da empresa petrolífera Norueguesa

7.5 Agua potavel vai chegar a todo o país

Jornal Angola...06-11-06

O Governo está a desenvolver vários projectos por todo o país, com vista a fornecer água em qualidade e quantidade e para que cada cidadão tenha o líquido o mais próximo possível de casa, declarou, em Luanda, o vice-ministro de Energia e Águas, Rui Tiro.

Segundo o governante, a nível central têm sido rea-

bilitados e construídos os principais centros de captação e distribuição, enquanto que a nível local, no quadro dos programas de melhoria e oferta dos serviços básicos, os governos provinciais estão a recuperar os sistemas municipais e comunais.

O vice-ministro falava à Angop a propósito dos apelos para a melhoria do abastecimento de água, particularmente nas escolas, no âmbito dos esforços para o combate à cólera e outras endemias.

"O objectivo é que cada cidadão tenha água disponível o mais próximo possível da sua residência. Quando tal não for possível por falta de rede, vamos criar pontos comunitários, como fontanários, para que o cidadão possa ter água", frisou.

Segundo Rui Tito, hoje ainda não é possível ter água em quantidade e qualidade desejadas em todos os pontos do país. "As carências actuais não de ser minimizadas num futuro breve, com os vários programas em curso de reabilitação e expansão dos sistemas", disse.

Os investimentos, acrescentou, não se fazem todos de uma única vez e nem sempre é possível desenvolver projectos integrados, por escassez de recursos.

"Afirmou que a prioridade tem sido garantir a disponibilidade de água, reabilitando e construindo estações de captação e, progressivamente, se ir ampliando a rede de distribuição, à semelhança do que vai acontecendo em muitas cidades do país.

A título de exemplo, disse que só em Luanda seriam necessários cinco anos de investimento na reabilitação ou lançamento de cerca de mil quilómetros de rede de distribuição

Serão necessários investimentos muito altos para que a população tenha uma qualidade de vida melhor, sublinhou, adiantando serem notáveis as melhores no fornecimento de água à população

7.6 O trágico balanço oficial da malária em 2005

Apostulado...17-11-06

A malária provocou 12.702 mortes em Angola no ano passado, período em que foram registados mais de 2,2 milhões de casos desta doença, segundo o balanço oficial publicado ontem.

De acordo com o documento do Ministério da Saúde, foram registados mais de 910 mil casos em crianças, das quais 4.446 acabaram por morrer em consequência da doença.

A malária continua a ser a principal causa de morte em Angola, sendo responsável por 40 % dos gastos anuais em saúde pública. Os dados foram revelados por Ana Fernandes, do Programa Nacional de Luta contra a Malária, numa conferência de imprensa destinada a divulgar a realização de um inquérito sobre indicadores

de malária em Angola.

Este inquérito, que está a ser realizado desde a semana passada pelas empresas angolanas Consaúde e Cosef, tem como objectivo quantificar o número de pessoas que sabem o que é a malária e quais as formas de prevenir a doença.

O estudo, que abrange todo o território angolano, envolverá a realização de cerca de três mil inquéritos a pessoas residentes em zonas urbanas e rurais, estando também prevista a recolha de amostras para avaliar o estado da população em termos de infecção parasitológica e de anemia.

No quadro da estratégia de combate contra a malária, o governo angolano decidiu introduzir a pulverização domiciliária nas províncias de Benguela, Huíla e Namibe, tendo também lançado, desde Abril, o tratamento com COARTEM, uma nova combinação terapêutica baseada na artimisinina. A introdução deste tratamento surgiu depois de vários estudos terem demonstrado que o plasmódio que causa a malária desenvolveu resistência à cloroquina.

A taxa de resistência ao tratamento com cloroquina, segundo dados oficiais, chega a atingir 60 % em algumas regiões do país, quando a OMS recomenda a mudança de tratamento no caso de a resistência ser superior a 25%.

A malária é uma doença endémica nas 18 províncias de Angola, onde oito em cada dez pessoas que recorrem às consultas nos postos e nos centros de saúde angolanos sofrem desta enfermidade.

Esta doença é a principal responsável pelo absentismo escolar e laboral, além de representar 35 por cento da procura de cuidados de saúde em Angola e 20 por cento dos internamentos hospitalares registados no país.

A taxa de mortalidade situa-se entre os 15 e os 30 %, um valor elevado que as autoridades sanitárias atribuem à crescente resistência do parasita da malária aos tratamentos que têm sido utilizados, baseados na cloroquina e amodiaquina, o que levou o Ministério da Saúde a introduzir no país o COARTEM. Em termos de prevenção, está a decorrer em todo o país uma campanha de informação sobre a malária, ao mesmo tempo que são distribuídas redes mosquiteiras tratadas com insecticidas de longa duração.

7.7 Colera: 14 mortos no fim-de-semana

Angop...20-11-06

Pelo menos 14 pessoas morreram este fim-de-semana, no Hospital Central do Lubango, província Huíla, vítimas de cólera, informou hoje, o chefe do Departamento Provincial de Saúde Pública e Controlo de Endemias, Félix Januário.

A situação, adiantou, está a preocupar as autoridades sanitárias locais, porque no mesmo período 142 casos da doença deram entrada na unidade hospitalar.

Feliz Januário apontou a não observância pela população das medidas preventivas contra doença, como a principal causa do aumento dos casos de cólera, principalmente na cidade do Lubango.

Os bairros dos Tchico, Mitcha e Mapunda, arredores da cidade, são apontados pelo responsável, como os mais críticos na propagação da doença, para além de registar alguns focos nos municípios da Chibia e Quilengues.

Segundo dados estatísticos recolhido nos últimos três dias, 13 pacientes receberam alta, enquanto 366 outros estão internados nos pavilhões de tratamento de cólera.

7.8 Quipuco e Cacula melhoram abastecimento de água potável

Jornal de Angola...21-11-06

A Província da Huíla está a melhorar, substancialmente, as condições sociais das populações, com a realização de várias obras, como os dois centros de captação de água, que vão servir mais de 15 mil pessoas, dos municípios de Cacula e Quipungo, com um custo de 2 milhões e 500 mil euros.

A obra, que inclui o sistema de captação de água da comuna do Hoque/Lubango, é da responsabilidade da Direcção Provincial de Energia e Águas, Geologia e Minas, e contou com financiamento da União Europeia (UE), em parceria com o governo local.

O governador provincial da Huíla, Ramos da Cruz, procedeu à inauguração dos centros de captação de água, no âmbito dos festejos da Independência Nacional. No município de Quipungo, o sistema vai beneficiar mais de 10 mil habitantes e 5 mil em Cacula.

Entretanto, João Tchivila, morador do bairro Katutula, município de Quipungo, manifestou-se bastante satisfeito, alegando que a acção vai permitir às populações consumir água tratada, e deixarem de recorrer aos rios.

Desta forma, a vida das pessoas vai sofrer uma inversão no sentido positivo, fundamente porque muitas doenças derivadas do consumo de água não tratada vão ter poucas chances de contágio. "A construção do sistema é uma mais valia, o que deixa os habitantes bastante satisfeitos", frisou Tchivila.

O interlocutor faz alusão à cólera e diarreias agudas, principalmente, que derivam directamente de água em péssimas condições. O governo provincial, no âmbito do Programa de Melhoria dos Serviços Sociais Básicos às Populações", tomou a iniciativa de construir empreendimentos para impedir que os casos de cólera ou diarreia parem de se multiplicar no seio das comunidades.

O sistema do município de Cacula, foi montado num furo de 15m³, que abastecia apenas 15 residências na década de 50, e agora está reforçado com uma profundidade de 70m, com um caudal de 18m³.

O centro está inserido na rede eléctrica local, que conta com um gerador de 13KVA. Já o sistema do município de Quipungo, tem um reservatório feito de betão, com uma capacidade de 180m³, e a sua extensão é de 90 mil metros. A rede é do estilo de malha.

7.9 Agua potável

Jornal de Angola...24-11-06

Em todo país, vários projectos estão a ser desenvolvidos pelo Governo, com vista a fornecer água em qualidade e quantidade e para que cada cidadão tenha o líquido mais próximo possível de casa. Segundo o vice-ministro da Energia e Águas, Rui Tito, a nível central têm sido reabilitados e construídos os principais centros de captação e distribuição, enquanto a nível local estão a ser recuperados os sistemas municipais e comunais. Questão: já são visíveis melhorias no fornecimento de água?

Sérgio Varela, estudante

Na minha óptica, não melhorou o sistema de abastecimento, porque ainda se vêem muitos municípios da cidade com falta de água, o que faz com que muitos moradores vão à busca de água em locais distantes

José Flávio, funcionário público

Penso que até certo ponto melhorou. Alguns municípios da cidade de Luanda já beneficiam do precioso líquido, mas ainda há muito por fazer, isto porque ainda se regista uma certa dificuldade para adquiri-la.

Manuel Cunhala, estudante

A água é um precioso líquido e, por isso, os municípios deviam ter acesso à água, o que não se regista na realidade. Ainda há dificuldade em obter-se água nas residências.

Carlos da Conceição, estudante

Acredito que o Governo vai de facto analisar de forma abrangente a questão do acesso à água que ainda é bastante crítico. Precisa-se ainda de um projecto que propicie um abastecimento de água nas localidades de difícil acesso.

Adilson de Almeida, estudante

Ainda há grandes problemas. Nas zonas periféricas ainda são notórias constantes falhas de água. Em minha opinião, a sociedade civil deve mobilizar-se para que a água deixe de ser um problema para os cidadãos. A EPAL deve rever os mecanismos de abastecimento, porque a situação não é dos melhores.

Madalena João, estudante

Existe muita falta de água na cidade capital. Em muitos bairros, as populações têm que ir buscá-la a outros

locais, como é o caso de alguns residentes do Prenda que vão para a Samba obter água potável.

Félix. chipule, electricista

A situação da água é ainda crítica. No Morro Bento, os moradores têm que construir tanques e comprar água para poderem abastecê-los.

7.10 Nova conduta de água é construída em viana

Jornal de Angola...24-11-06

Uma nova conduta de água para Luanda está a ser construída no município de Viana.

A cerimónia que dá início oficial às obras de construção da nova conduta de água, de 500 milímetros, que vai ligar a estação de Kikuxi ao Centro de Distribuição de viana, tem lugar hoje.

O acto, a ser lançado pela Empresa Pública de Águas (EPAL), em parceria com a firma alemã Gauff Engeneering, terá lugar na estrada nacional, em viana, jundo a empresa Fibrex e contará com a participação de responsáveis do Ministério de Energia e Águas, da Epal, da Gauff, Odebrechet e outros convidados.

A empreitada surge no âmbito de um contrato para a melhoria do abastecimento de água às zonas altas da cidade de Luanda e à zona industrial de Viana, financiado pela República da Alemanha, em montante não precisado.

A Epal cormatou a empresa Lupp-Angola para a colocação dos primeiros 40 quilómetros das condutas nos bairros Miramar, São Paulo, Cruzeiro e Operário, bem como a conduta de 500 litros do Kikuxi-Viana.

Quarta-feira, a Epal e as Gauff realizaram um seminário sobre "Gestão Integrada de Perdas de Água", no Laboratório de Engenharia de Angola, no qual participaram quadros das Epal e seus parceiros sociais, assim como entidades convidadas.

No encontro foram mostradas tecnologias de instalação e de gestão integrada, para evitar perdas de água, visando a melhoria dos serviços prestados aos consumidores da qualidade da água consumida e criação de zonas verdes, entre outros benefícios

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Mais de mil refugiados na Zâmbia regressam ao país

Jornal de Angola...02-11-06

Mil e 296 refugiados angolanos na Zâmbia regressaram à província do Moxico, no quadro do repatriamento voluntário organizado pelo Governo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O chefe do escritório do Acnur no Luena, Stephan Siudair Loutiut, afirmou que os angolanos provenientes não só dos campos de Nangueji e Maheba tiveram como destino final os municípios do Alto-Zambeze, Lumbala-Nguimbo e Luena. O seu repatriamento decorre desde Agosto deste ano.

Segundo o funcionário das Nações Unidas, das 14 mil pessoas que inicialmente manifestaram o desejo de regressar ao país, "muitas estão a mudar de opinião, preferindo não regressar ao país", frisou.

Sem revelar as causas da mudança de decisão, Stephan Loutit disse ser uma experiência que o Acnur regista quando se trata de um processo de repatriamento voluntário.

Para além da via terrestre, o Acnur, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), utiliza também o transporte aéreo.

Nos centros de recepção localizados em Cazombo, Lumbala-Nguimbo e Luena, os retornados são sensibilizados sobre a prevenção e o perigo que representam as minas e o VIH/Sida.

8.2 Desarmamento de civis

Cruzeiro do Sul...18-11-06

A polícia do Bié está a apreender o armamento em posse da população numa operação que já tem sete dias.

A informação foi prestada na capital da província pelo portavoz do comando provincial. Dorivaldo dos Prazeres deu a conhecer que as forças da ordem realizaram onze micro-operações no Bié, nas quais recolheu três ar 'fias de fogo de tipo AKM, 14 projecteis de canhão de 130 milímetros, 20 de morteiros de 82 milímetros, 99 de obuses RPG7, uma mina anti-tanque, igual número de granada, PKM e Mauser. A polícia capturou carregadores diversos, munições modelo 08 e Zeu 23 e munições de BP1, nos municípios do Kuito, Katabola, Kamacupa, Andulo, Kuemba e Kunhinga.

8.3 Oposição ao memorando de entendimento em cabinda assimilada ao terrorismo

Apostulado...20-11-06

A medida foi anunciada no último fim-de-semana no comunicado final de uma sessão de trabalho do governo, que diagnosticou a conjuntura, à luz do memorando de entendimento entre o executivo angolano e o Forum Cabindes para o Diaologo (FCD). Segundo o comunicado, o governo de Cabinda determinou «a proibição na província de todos os procedimentos, actos e outras formas de manifestação, que violam a lei e a ordem e atentem contra o memorando de entendimento para paz e a reconciliação na província de Cabinda».

Pois, explica o comunicado, os participantes na reunião verificaram a «persistência de factores de instabilidade potencial que configuram incógnitas para a paz e segurança, nomeadamente, intenções e acções de natureza militar, bem como outras formas de perturbação da ordem instituída».

As referidas formas subversivas, prossegue o texto, «mesmo não sendo uma grande ameaça constituem actuações de subversão e de terrorismo que são condenáveis». Por isso, lê-se no documento, que a reunião expressou «o seu firme e unanime repúdio a todas e quaisquer tentativas de subverter o memorando de entendimento para a paz e reconciliação na província de Cabinda, instrumento jurídico-político com estatuto de lei aprovado pela Assembléia Nacional, qualquer que seja a sua origem e forma, que qualifica como um meio inaceitável de expressão política e como um facto que viola a ordem política e jurídico-constitucional e que põe em causa a paz e a segurança». A reunião avaliou contudo que «o processo de estabilização e reconstrução da província, que se está a desenvolver positivamente».

COMANDO PROVINCIAL DA POLÍCIA

Outro comunicado, este do comando provincial da Policia Nacional em Cabinda divulgado logo a seguir ao do governo, denunciou, por seu lado, que «de um tempo a esta parte, determinados cidadãos devidamente identificados têm de forma velada realizado acções preparatórias, que do ponto de vista jurídico-legal, colidem com a ordem publica».

Por conseguinte, completa este comunicado, a Policia «exorta veementemente a população a não aderir aos actos ilícitos que atentam à ordem e à tranquilidade publicas, e que comprometem os esforços de paz, para a pacificação da província de Cabinda».

Finalizou, advertindo que «serão responsabilizados judicialmente, todos aqueles que aderirem a prática de tais actos».

CONFERÊNCIA DA FPD

Entretanto, a Frente para a Democracia (FPD), denunciou hoje a sabotagem de uma conferência que projectou realizar sexta-feira última em Cabinda sobre a situação no enclave petrolífero.

«As autoridades locais vedaram o acesso à sala da reunião e inundaram o local de agentes da segurança que intimidavam as pessoas», deplorou o secretário-geral da FPD, Luis Nascimento, falando à Ecclesia.

No ponto de vista deste político, todo este clima longe de suavizar a situação, apenas levará ao desacreditar da democracia.

O governo angolano assinou com o FCD, representado por Antonio Bento Bembe, um memorando de entendimento para paz na região a 1 de Agosto passado.

Ilustres integrantes do FCD como o presidente da FLEC-FAC, Nzita Tiago, exilado em França, e a associação cívica “Mpalapamda” rejeitaram o acordo, contestando também o interlocutor governamental, Bento Bembe.

Desde então, o instrumento tem vindo a ser aplicado num ambiente de desafio entre as partes que protagonizam o conflito na região, que consitui o eldorado da economia angolana.

8.4 Mungo e Longonjo em tempo de paz

Jornal de Angola...20-11-06

DEPOIS de termos retratado o município do Bailundo, Jornal de Angola dá, hoje, à estampa o essencial do que está a ser feito, em tempo de paz, no Mungo e Longonjo, outros municípios da província do Huambo, onde uma equipa de "Reconstrução Nacional" esteve recentemente. No Mungo, um vilarejo com uma população estimada em mais de 87 mil pessoas, as obras do hospital municipal, os complexos residenciais para os médicos, enfermeiros e professores estão quase prontos, com o que o município fica melhor servido em termos de técnicos diferenciados. Um sistema de captação de água para a vila está a ser montado, em paralelo com a rede de distribuição de energia eléctrica. Quer a vila de Mungo, como a sede comunal de Kambuengo estão agora iluminadas, depois de serem montados dois grupos geradores. Mas o administrador municipal adjunto diz que a situação pode melhorar. "Há garantias para a entrega de um gerador de 350 KV A, contra os actuais 150 KV A, pelo Governo provincial, e, assim, estaremos melhor servidos", refere Celestino Kalongui. Confinando com as províncias do Bié e Malanje, duas províncias que também sentiram profundamente os efeitos nefastos da guerra, Mungo aguarda, agora, com ansiedade, pelo arranque do projecto de reabilitação de todas as estradas secundárias

e terciárias, bem como pontes e pontecos.

No Longonjo, no extremo Oeste do Huambo, a caminho de Benguela, a administradora municipal, Edith Livila Vieira Lissimo Manuel, diz que o município começa a colher os primeiros resultados do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos às Populações, PMAOSSBP, com a construção de várias escolas primárias e secundárias nas comunas de Chilata, Lépi, Catabola e sede do município.

Os números não mentem. Há, no Longonjo, cada vez menos crianças fora do sistema do ensino. Se no ano de 2005, havia o registo de 11 mil e 621 crianças fora do sistema de ensino, em 2006, esse número baixou para 8 mil 582. "Só ficarei, porém, satisfeita quando ver todas as crianças inseridas no sistema de ensino", nota Edith Livila, para quem a receita passa pela construção de mais escolas e o recrutamento de mais professores.

A exemplo do Mungo, no Longonjo foi, também, erguido um hospital de raiz, empreendimento que fica completo com a construção de um complexo residencial para médicos.

"Reconstrução Nacional" apresenta, nas páginas que se seguem, as acções mais relevantes do Governo nos municípios do Mungo e Longonjo, em tempo de paz.

8.5 Reinserção social, uma luz no funda do túnel

Terra angolana...25-11-06

A reinserção social dos ex-combatentes constitui um dos mais importantes pilares da reconciliação nacional. O seu não cumprimento em tempo oportuno tem-se constituído num elemento de dúvida quanto ao engajamento das autoridades angolanas no processo. Uma fonte da UNITA assegurou recentemente que a reinserção social dos ex-militares do Galo Negro, está a ser tratada pelas mais altas instâncias do país e do seu partido. Na verdade essa matéria foi objecto de abordagem durante a audiência que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos concedeu ao Presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, no passado mês de Agosto de 2006. Na ocasião o líder da UNITA transmitiu ao mais alto mandatário da Nação as suas preocupações relativas ao dossier da reinserção social e profissional dos ex-militares. "Há alguns que receberam os subsídios, uma parte apenas, mas a maioria não recebeu absolutamente nada", denunciou Isaiás Samakuva, tendo lamentado que os antigos militares da UNITA viviam na "indigência". "Esta gente anda na indigência e fizemos ver isso ao presidente. O pagamento dos subsídios e pensões poderia ajudar a normalizar a vida desses nossos irmãos", defendeu Isaiás Samakuva.

De lá para cá o cenário, não prevalecendo exactamente

o mesmo, registou poucas alterações. À excepção dos oficiais generais e superiores até tenentes-coronéis que foram contemplados com as primeiras duas tranches em Julho e Setembro, a grande maioria constituída por oficiais maiores, capitães e tenentes, continua à espera que a sorte chegue e comecem a usufruir dos direitos plasmados na lei. Não há explicações plausíveis sobre as razões dos atrasos que se registam, havendo quem admita que o facto de a caixa de segurança social funcionar apenas em Luanda, afigura-se como um dos grandes constrangimentos à entrega de processos através dos quais os ex-militares passarão a ter acesso às suas pensões de reforma. De referir que para além de Luanda, a caixa de segurança social tem representação no Kuito, na província central do Bié e na cidade litoral do Namibe. Os grandes centros de concentração dos ex-militares como são os casos do Huambo e Benguela não têm representação dessa importante estrutura. Um outro constrangimento está relacionado com a falta de identificação. É que nem todos os ex-militares possuem bilhetes de cidadão nacional, um dos documentos indispensáveis à abertura de contas bancárias, um dos pressupostos de acesso às pensões. Essa situação afecta uma boa parte de ex-militares e suas famílias. Mas os constrangimentos não se limitam a esses que acabam de ser referidos. Existe ainda um universo de ex-militares que não chegaram a ser desmobilizados e foram levados para as suas áreas de destino final sob pretexto de que seriam desmobilizados quando chegassem. Por não disporem de qualquer documentação reconhecida, são marginalizados e nem sequer participam dos programas de reintegração social. Desses fazem parte alguns efectivos que se encontram no Bié e na província de Benguela num total aproximado em mil homens. A falta de peritagem médica aos efectivos de desmobilizados portadores de deficiências e a não conclusão de pagamentos de subsídios de contingência e de entrega de kits de reassentamento, constituem outra realidade que apoquentam os antigos militares.

8.6 Minfamu elabora lei contra violência

Jornal de Angola...25-11-06

O Ministério da Família e Promoção da Mulher, com o apoio dos seus parceiros sociais, está a elaborar uma lei contra a violência para desencorajar os actos do género. Esta medida foi dada a conhecer pela ministra da família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste, ontem, em Luanda, durante o acto de abertura da campanha "16 dias de activismo contra a violência no género", que de decorrerá até ao dia 9 de Dezembro, com o objectivo de sensibilizar a população para o combate e a denúncia dos casos de violência.

De acordo com a governante, a violência no, género é

um mal que tem de ser tratado não apenas através de campanhas. Porém, reconhece que, graças a um trabalho aturado de diferentes instituições, houve, de, forma gradual, uma evolução no concernente à contenção dos casos de conflitos familiares e de violência no género.

Refere que, à luz da campanha "Romper o silêncio, denunciando a violência" realizada no ano passado, no âmbito dos "16 dias de activismo" registou-se, nos centros de aconselhamento, grande afluência de mulheres e homens, inclusive de crianças, denunciando casos de violência.

O Ministério da Comunicação Social foi realçado pela ministra como sendo um dos mais importantes parceiros, por facilitar a difusão de mensagens para a educação da população no combate à violência.

A violência económica, que se traduz na fuga à paternidade, o incumprimento da pensão alimentícia, o desalojamento, assim como o abandono do lar e a privação de bens, é o principal mal que afecta os lares.

A segunda maior causa de denúncia nos centros de aconselhamento é a violência psicológica traduzida na ameaça de morte, ofensas morais, privação de liberdade, adultério, chantagem, feitiçaria e outros. A terceira é a violência física, e os casos mais frequentes deste tipo são as ofensas corporais e ameaças com arma de fogo e branca.

A violência sexual e a laboral, que diz respeito ao despedimento sem justa causa, tem merecido, nos últimos tempos, muita atenção do Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Por outro lado, Cândida Celeste apela à mobilização da sociedade para a luta contra o VIH/Sida, sendo uma das mais terríveis formas de violência e a mulher, igualmente, uma das principais vítimas dessa pandemia.

A campanha "16 dias de activismo" inicia hoje, em todo o mundo, sob o lema "Avanço dos Direitos Humanos fim da violência contra as mulheres".

A referida campanha é realizada em alusão ao Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, declarado no primeiro encontro feminista latino-americano e das Caraíbas, em Bogotá, Colômbia, em 1981, em memória das irmãs Mirabal, assassinadas pelo regime de Trujillo, na República Dominicana, em 1960.

8.7 Criminalidade reduz na província da Huíla

Jornal de Angola...29-11-06

Sessenta e seis crimes diversos foram registados, nos últimos sete dias, pelo Comando da Huíla da Polícia Nacional, tendo havido uma diminuição de 13 casos comparativamente à semana anterior.

Em declarações à imprensa naquela cidade, o portavoza da corporação, superintendente Fernando Feliciano

António, fez saber que dos delitos destacam-se três homicídios, 18 furtos, 12 ofensas corporais graves, nove roubos, seis casos de uso e posse de "cannabis" ..

Feliciano António afirmou que na prática destes crimes foram detidos 43 cidadãos, dos quais 38 nacionais e cinco do Congo Democrático, que aguardam repatriamento.

O porta-voz disse que dos crimes referidos, 60 foram esclarecidos, correspondendo a um grau de operatividade na ordem dos 98 por cento.

O Lubango volta a comparecer na frente das estatísticas com 53 crimes, seguido pelos municípios dos Gambos com quatro, três na Chibia, dois na Matala e Quilengues, Cacula, Caluquembe e Quipungo, todos com um.

Entretanto, pelo menos 421 quilogramas de medicamentos diversos, avaliados em um milhão e cento e nove mil kwanzas foram, durante a semana transacta, apreendidos pela direcção da Huíla da Polícia Económica.

Segundo o porta-voz da polícia na Huíla, Fernando Feliciano António, os fármacos, que seriam comercializa-

dos ilegalmente, foram recolhidos nos mercados paralelos do João de Almeida e do Tchioco, situados nos arredores do Lubango.

Durante a operação, segundo a fonte policial, os infractores puseram-se em fuga, abandonando cerca de mil quilogramas de medicamentos, que encontram-se em posse da Polícia Nacional.

O responsável disse que a polícia está a estudar, junto da Delegação de Saúde, o destino mais adequado a se dar aos medicamentos.

Por outro lado, duas pessoas morreram e outras oito ficaram feridas em consequência de 17 acidentes de viação registados, pela unidade operativa da Huíla nos últimos sete dias, menos quatro que na transacta semana.